



2024

ANUÁRIO **SEAIID**

SECRETARIA DE
ASSUNTOS INTERNACIONAIS
E DESENVOLVIMENTO

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO





ANUÁRIO
SEAIID



2024

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

Secretário Executivo
Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário Executivo Adjunto
Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento – SEAID

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Renata Vargas Amaral

Secretária Adjunta de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Viviane Vecchi Mendes Muller

Gabinete

Alan Everson Galvão Araújo
Carolina Pelegrini Holtz
Daiane Pereira Fernandes
Darluce Ferreira Matte
Flávio Augusto Trevisan Scorz
Giselle Aranha Farias
João Henrique Oliveira da Silva
José Angelo da Silva Neto
Keliâne de Oliveira Cavalcante
Lucas Dos Santos Vilar
Taissa Thieme de Barros Vieira
Zaqueu Batista da Silva

Coordenação-Geral de Projetos e Integração Regional

Felipe Caixeta Carvalho
Bruno Caetano Cassiano
Marilia Gabriela de Souza Luz
Raquel Martins Rêgo

Coordenação-Geral de Pagamentos a Organismos Internacionais

Manuela de Azevedo Bezerra Vitor Ramos
Aloísio Pádua Pinto Paulo Roberto dos Santos
José Felipe Pereira da Rocha
Paulo Roberto dos Santos
Edilene Cristina Pereira do Nascimento

Subsecretaria de Financiamento Externo

Alisson Vilas Boas
Arael Aymoré Jacob
Antônio Sabino da Costa Filho
Camila Barbosa Curi
Davi Santan Cesar Rodrigues da Silva
Dayene Crisântine Peixoto
Dilso Marvell Marques
Edimilson Torres de Oliveira Neto
Eduardo Cruz Rocha
Fernanda Rodrigues Marciano
Jônatas D'Alma Costa Santos
João Gabriel Dias Figueiredo
José Amarildo Nunes de Lima
Josiane Fortes Ferreira Costa
Klaus Nery Teixeira
Lázaro Coelho de Deus Lima
Mariana Cunha Eleutério Rodrigues
Nanahira de Rabelo e Sant Anna
Patrício Piauí Magalhães Silva
Paulo Henrique Mendes Leandro Beserra
Raphael Silveira Amaro
Raquel Ferrari da Veiga
Roniglesia Pereira de Sales Andrade
Rubiane Rios Ferreira Araújo
Willian Bueno e Silva

Subsecretaria de Organismos Internacionais e Desenvolvimento

Daniele Beche
Emily Vieira Martins
Fábio Marvulle Bueno
João Luís Rossi
Jullyany Rolim Rodrigues de Sousa
Lilian Milena Albuquerque Viana
Luiz Alfredo Mello Vieira
Luiz Felipe Gondin Ramos
Marcela Tetzner Laiz
Mirian Campos Moraes e Silva Rosson
Vinicius Lucio Ferreira

Arte (Ascom – MPO)

Projeto gráfico e arte: Nayla Gomes
Diagramação e arte finalização: Nayla Gomes

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

B823a

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento.

Anuário 2024 / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento.
-- Brasília : Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento/MPO, 2025.

96 p. : il.

1. Organismos internacionais - Pagamento. 2. Integração econômica. 3. Bancos multilaterais de desenvolvimento - Governança. 4. Financiamento externo. 5. Integração regional. I. Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). II. Título.

CDU – 336.7
CDD – 332.1

Sumário

1.	Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais	15
2.	Integração econômica	19
2.1	Representação do MPO em órgãos colegiados interministeriais.....	19
2.2	Representação do MPO em foros internacionais e em negociações de acordos comerciais.....	20
2.3	Presidência brasileira do G20	21
2.4	Rede de Ministros da Amazônia ePrograma Amazônia Sempre	23
2.5	Memorando de Entendimento entreMPO e OCDE para cooperação em matéria de empoderamento feminino e igualdade de gênero	25
2.6	Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional	25
2.7	Acordo Internacional para Eliminar a Poluição por Plásticos	26
2.8	Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.....	27
3.	Instituições financeiras internacionais	29
3.1	Governança dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs).....	29
3.2	Não Objeções e relacionamento com as operações do setor privado.....	33
3.3	Missões exploratórias de outros BMDs de escopo regional.....	33
3.4	Diretrizes Estratégicas para a atuação do Brasil nos BMDs de escopo regional	34
4.	Financiamento externo	35
4.1	Marco Institucional	36
4.2	Avanços Institucionais de 2024	39
4.3	Relevância da Atuação da Cofex no Contexto Nacional.....	44
4.4	Análise Informativa dos Pleitos Autorizados pela Cofex em 2024.....	47
4.5	Negociações Contratuais.....	54
4.6	Projetos em Curso	59
4.7	Iniciativas Transformadoras.....	62
4.8	Integração Internacional	81
4.9	Próximos Passos.....	82
5.	Integração Regional	87
6.	Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul – Focem	89
7.	Perspectivas para 2025	93

Listas de Siglas

AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento (<i>Agence Française de Développement</i>)
AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB – <i>African Development Bank</i>)
BEI	Banco Europeu de Investimentos
BCIE	Banco Centro-American de Integração Econômica
BDC	Banco de Desenvolvimento do Caribe (CBD – <i>Caribbean Development Bank</i>)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento (IADB – <i>Inter-American Development Bank</i>)
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento Banco Mundial (IBRD – <i>International Bank for Reconstruction and Development</i> World Bank)
BMD	Banco Multilateral de Desenvolvimento
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina Corporação Andina de Fomento (<i>Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe</i> <i>Corporación Andina de Fomento</i>)
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CAT	Comitê de Alterações Tarifárias
CDC	Comitê de Defesa Comercial e Interesse Público
CFS	Comitê de Segurança Alimentar Mundial
CMC	Conselho Mercado Comum
COMACE	Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior
Cofex	Comissão de Financiamentos Externos
COFIG	Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações
CONINV	Comitê Nacional de Investimentos
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil
COP30	Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
DWG	Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G20 (<i>Development Working Group</i>)
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FOCEM	Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
FONPLATA	Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (<i>Fondo Financiero para el Desarrollo de los Países de la Cuenca del Plata</i>)

G20	Grupo dos Vinte, reúne os países com as maiores economias do mundo
GECEX	Comitê-Executivo de Gestão
GMC	Grupo Mercado Comum
GRELEX	Grupo de Relacionamento Externo do Mercosul
GTEC	Grupo Técnico da Cofex
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFA	Grupo de Trabalho de Arquitetura Financeira Internacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRMCT	Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Penais
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão <i>(Japan International Cooperation Agency)</i>
KfW	Banco de Crédito para Reconstrução (<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i>)
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MF	Ministério da Fazenda
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPTF	Fundo Fiduciário Multi-Parceiros das Nações Unidas (<i>Multi-Partner Trust Fund</i>)
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NDB	Novo Banco de Desenvolvimento (<i>New Development Bank</i>)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico <i>(OECD – Organization for Economic Cooperation and Development)</i>
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – agenda mundial adotada pelas Nações Unidas composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEI	Planejamento Estratégico e Institucional
PFE	Portal de Financiamentos Externos
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPP	Parceria público-privada
Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)
SIDA	Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional
SIGS	Sistema de Gerenciamento Integrado
STN	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
TEC	Tarifa Externa Comum
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Listas de Gráficos

GRÁFICO 1 Distribuição dos pagamentos por categoria.....	15
GRÁFICO 2 Distribuição dos pagamentos por área temática	16
GRÁFICO 5 Evolução do número de pleitos recebidos, conforme a data mais recente de recebimento	46
GRÁFICO 6 Evolução do montante financeiro dos projetos autorizados pela Cofex, conforme a sua data de autorização	47
GRÁFICO 7 Evolução do número de pleitos autorizados pela Cofex, conforme a data de autorização.....	48
GRÁFICO 8 Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por agente financeiro.....	49
GRÁFICO 9 Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por agente financeiro.....	50
GRÁFICO 10 Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados entre entes federativos, conforme a sua data de autorização	51
GRÁFICO 11 Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados entre regiões.....	52
GRÁFICO 12 Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados entre unidades federativas, conforme a data de autorização.....	53
GRÁFICO 13 Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por setor	54
GRÁFICO 14 Evolução do número de negociações de contratos.....	55
GRÁFICO 15 Comparativo entre média de 10 anos, 2023 e 2024, dos financiamentos externos negociados por fonte de financiamento	57
GRÁFICO 16 Distribuição de financiamentos externos negociados por agente financeiro.....	58
GRÁFICO 17 Número de revisões de projetos em carteira em 2024 por agente financeiro	60
GRÁFICO 18 Projetos de abrangência estadual ou municipal em fase de execução por unidade federativa	61
GRÁFICO 19 Data de assinatura dos projetos atualmente em fase de execução	62

Lista de Figuras

FIGURA 1	Comissão de Financiamentos Externos.....	38
FIGURA 2	Fluxograma das operações de crédito externo com garantia da União.....	39
FIGURA 3	Parque Raquel de Queiroz	64
FIGURA 4	Revitalização da Rua Hercílio Luz e construção da praça dos Correios	66
FIGURA 5	Ponte de ligação entre os bairros São Judas e Cidade Nova.....	66
FIGURA 6	Costurando o Futuro	68
FIGURA 7	Missão da JICA: pesquisa de vazamento	70
FIGURA 8	Obras de substituição de redes	70
FIGURA 9	Projeto Dom Helder Câmara.....	72
FIGURA 10	Projeto Dom Helder Câmara.....	72
FIGURA 11	Programa de Expansão e Melhoria da Educação da Rede Municipal em Manaus.....	75
FIGURAS 12	Programa de Expansão e Melhoria da Educação da Rede Municipal em Manaus.....	75
FIGURA 13	Missão do escritório de Avaliação Independente (IED) para o Projeto	78
FIGURA 14	Projeto de Gestão de Risco Climático Bairro Novo do Caximba.....	80

Lista de Tabelas

TABELA 1	Distribuição da Carteira Ativa de acordo com a fase de andamento dos projetos.....	45
TABELA 2	Negociações contratuais em 2024 por fontes de financiamento.....	56
TABELA 3	Número de projetos submetidos ao GTEC-Execução por fontes de financiamento.....	59
TABELA 4	Projetos selecionados pela Cofex em 2024 para submissão ao FOCEM	91

Apresentação

A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) tem a satisfação de compartilhar com a sociedade brasileira os principais resultados de seu trabalho em 2024 e as perspectivas para 2025.

Se 2023 foi o ano em que atuamos para trazer o Brasil de volta ao mundo, em 2024 buscamos consolidar os avanços já alcançados e trazer para o país os frutos de uma atuação internacional alinhada com os objetivos de construir uma sociedade mais próspera e justa. Para isso, nossas ações estiveram voltadas para capacitar e democratizar o acesso de gestores públicos a recursos de financiamento externo. Trabalhamos em coordenação com os bancos de desenvolvimento multilaterais para que os recursos financeiros e técnicos disponíveis nessas instituições façam ainda mais diferença na vida das pessoas.

Durante o ano, mantivemos o esforço para quitação dos compromissos brasileiros junto a organismos internacionais, com o investimento de R\$ 1,84 bilhão destinado a 118 organismos internacionais, missões da ONU, bancos multilaterais de desenvolvimento e fundos de desenvolvimento. Esse trabalho é essencial para manter nossa capacidade de participação ativa em importantes foros e mecanismos internacionais, retomada em 2023 com a quitação dos diversos débitos então existentes, conectando o Brasil a discussões e parcerias essenciais para o enfrentamento dos grandes problemas globais. Cabe destacar que o Brasil passou a integrar um seletivo grupo de países plenamente em dia com suas obrigações financeiras na ONU, em um momento em que a organização enfrenta dificuldades de liquidez, o que demonstra o apoio e a confiança do País no multilateralismo.

Na qualidade de representantes do governo brasileiro como acionista perante os bancos multilaterais de desenvolvimento regionais (BID, CAF, FONPLATA, BDC e BAD), lançamos inéditas diretrizes estratégicas para a atuação do Brasil junto a esses importantes atores para o desenvolvimento, e assumimos a presidência anual dos Conselhos de Governadores do FONPLATA e do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), com a condução de temas estratégicos para esses bancos, incluindo o processo de eleição do novo presidente do BDC.

No âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), avaliamos, com transparência, previsibilidade e critérios técnicos, 117 pleitos e aprovamos a preparação de 65 programas e projetos, que somarão cerca de US\$ 14,8 bilhões em investimentos, direcionados a áreas prioritárias como segurança pública, desenvolvimento urbano, mobilidade, transformação digital e assistência social, apoiando Estados, Municípios, a União e suas estatais a transformarem a qualidade de vida da população em várias regiões do país.

Implementamos também uma robusta alteração normativa no “Sistema COFIEX”, para aprimorar os critérios e procedimentos de avaliação e seleção, com foco nos impactos potenciais e no alcance dos recursos para setores e regiões mais necessitados, sem descuidar da responsabilidade fiscal.

Reforçamos, ainda, nosso compromisso com as agendas transversais do Plano Plurianual 2024-2027, destacando-se a criação de um sublimite dedicado para “projetos verdes” e a liderança da posição brasileira nas negociações do Acordo Global para Evitar a Poluição por Plásticos. Celebramos parcerias com bancos e agências de desenvolvimento para o empoderamento feminino e a igualdade de gênero e selecionamos e apoiamos projeto para uso de recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) de mais de R\$ 90 milhões para população indígena vulnerável na faixa de fronteira com o Mercosul, ajudando a garantir direitos básicos a essas comunidades.

A integração regional foi também uma grande prioridade do MPO e da SEAID. Selecionamos oito novos projetos para financiamento do FOCEM, que garantirão mais de R\$ 400 milhões para a faixa de fronteira do Brasil com o Mercosul. Estabelecemos cooperações técnicas com FONPLATA, CAF, BID, MIDR e ApexBrasil para avançar na execução de projetos de integração.

Em 2025, aprofundaremos as ações em todas essas áreas. Nossa presidência no Conselho do BDC culminará na organização da 55ª Reunião Anual do banco em Brasília, evento de alto nível que reunirá líderes e promoverá discussões estratégicas sobre desenvolvimento, comércio, investimentos e turismo.

Além disso, concluiremos os novos portais de Financiamento Externo e de Pagamentos a Organismos Internacionais, que modernizarão o trâmite e o acompanhamento de pleitos, oferecendo ainda mais eficiência e transparência para a apresentação e seleção dos pleitos junto à COFIEX e para a realização dos pagamentos a organismos externos nos quais o Brasil participa.

Seguiremos empenhados em fomentar o desenvolvimento do Brasil, sempre guiados pelos princípios da transparência, eficiência e inclusão. Convidamos todos a acompanhar nossas iniciativas e participar dessa jornada pelo desenvolvimento do nosso País.

Simone Nassar Tebet

Ministra do Planejamento
e Orçamento

Renata Vargas Amaral

Secretária de Assuntos Internacionais
e Desenvolvimento

Sumário Executivo

A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) destaca os principais avanços de 2024 em gestão financeira, integração econômica e relações internacionais. Este relatório reflete o compromisso da SEAID com o alinhamento às prioridades nacionais e internacionais, mobilizando recursos para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo do Brasil.

No campo da gestão financeira, a SEAID assegurou o pagamento de R\$ 1,87 bilhão a organismos internacionais, sendo R\$ 1,28 bilhão destinados a contribuições de organizações em que o Brasil é membro pleno, R\$ 580 milhões para integralizações de cotas em bancos e R\$ 10 milhões para recomposição de fundos internacionais nos quais o país é acionista. Essa gestão centralizada, alinhada à política externa brasileira, promoveu maior eficácia e transparência. Foi adotada a estratégia de pagamentos periódicos, que permitiu otimizar o câmbio e resultou em uma economia de R\$ 267,5 milhões, demonstrando-se mais eficaz do que a concentração de pagamentos em um único período.

Entre os pagamentos realizados, destaca-se a quitação integral das contribuições do Brasil à ONU, garantindo reconhecimento internacional e fortalecendo o multilateralismo, além de colocar o país em um seletivo grupo de nações plenamente em dia com suas obrigações financeiras com o organismo internacional. Para aprimorar ainda mais o processo, foi iniciado o desenvolvimento de um Sistema de Pagamentos a Organismos Internacionais, com implementação prevista para o primeiro semestre de 2025.

A SEAID também teve um papel crucial na integração econômica e na representatividade brasileira em importantes fóruns multilaterais. Um dos destaques foi a conclusão do Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia, que consolida uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, abrangendo mais de 700 milhões de pessoas e promovendo avanços em sustentabilidade e acesso a mercados internacionais.

Adicionalmente, a presidência brasileira no G20, sob o lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”, impulsionou pautas como inclusão social, transição energética e reforma da governança global. A SEAID participou ativamente de forças-tarefa e grupos de trabalho, incluindo a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada durante a cúpula de novembro de 2024.

Na região amazônica, a coordenação da Rede de Ministros da Amazônia resultou em avanços significativos no financiamento de projetos sustentáveis por meio do Programa Amazônia Sempre. Além disso, foram firmados acordos com parceiros internacionais, como

a SIDA e o BID, para mobilizar recursos adicionais destinados à conservação ambiental e ao desenvolvimento socioeconômico.

Em relação à governança dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), a SEAID fortaleceu o posicionamento brasileiro em instâncias decisórias. Em 2024, o Brasil assumiu a presidência do Conselho de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), liderando discussões sobre reestruturações institucionais e organizando a reunião anual de 2025, que ocorrerá em Brasília. Essa liderança permitiu avanços significativos na promoção da sustentabilidade e na inclusão regional.

No âmbito do FONPLATA, o Brasil também está presidindo a Assembleia de Governadores e firmou uma parceria para o FOCEM, viabilizando projetos no Brasil com alocação de US\$ 70 milhões. Ainda em 2024, foram criadas diretrizes estratégicas para a atuação brasileira em BMDs regionais, com foco na transição climática e no combate à desigualdade social.

No que tange à modernização de processos, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofex) alcançou um recorde de aprovações de projetos em 2024. O lançamento de um módulo do Portal de Financiamento Externo (PFE) trará maior agilidade e transparência à submissão e ao acompanhamento de pleitos, substituindo o sistema antigo. Novas resoluções regulamentaram sublimites para projetos climáticos e de parcerias público-privadas (PPPs), assegurando recursos para iniciativas estratégicas no enfrentamento das mudanças climáticas e na modernização da infraestrutura nacional. Além disso, capacitação voltada para mulheres líderes foi promovida, ampliando a participação feminina na formulação de pleitos e na execução de projetos.

A SEAID também promoveu avanços na integração regional, com destaque para o fortalecimento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) e a aprovação de novos projetos que visam à melhoria da qualidade de vida em regiões fronteiriças. Com a regularização das contribuições ao FOCEM em 2023, foram viabilizados, pela primeira vez em 12 anos, novos projetos, incluindo iniciativas ambientais e de infraestrutura.

Os planos para 2025 incluem a conclusão do Sistema de Pagamentos a Organismos Internacionais e do Portal de Financiamento Externo, além do fortalecimento da coordenação em iniciativas multilaterais. A realização da reunião anual do BDC em Brasília é uma prioridade para promover o diálogo regional e fortalecer a liderança do Brasil em foros internacionais. A SEAID também buscará consolidar o papel do Brasil em projetos de desenvolvimento climático, além de avançar em parcerias estratégicas com BMDs para a mobilização de recursos e a promoção da inclusão social.

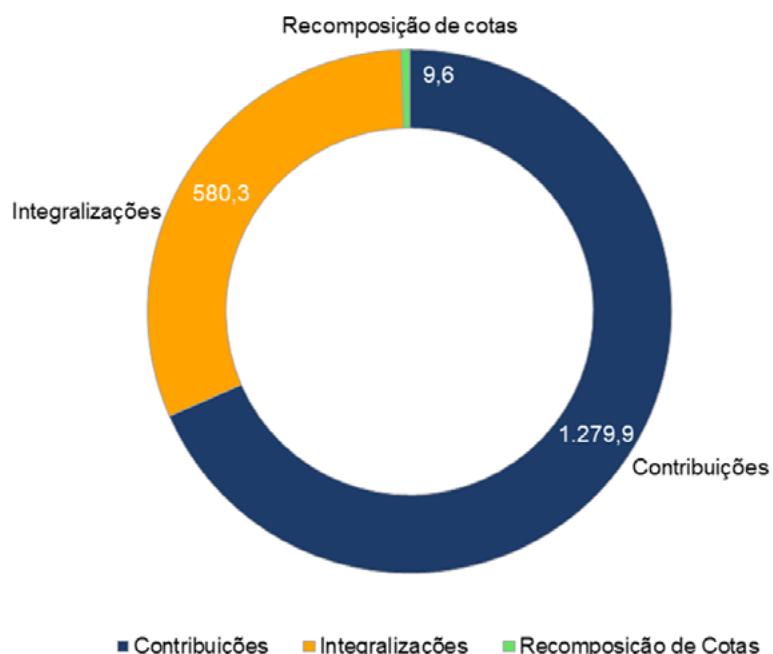
1

Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais

A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) é responsável pela gestão e pagamento das contribuições a organismos internacionais dos quais o Brasil participa e das suas integralizações de cotas em bancos internacionais e recomposições a fundos internacionais. Essa centralização é fundamental para garantir que os pagamentos a organismos internacionais estejam alinhados à política externa brasileira, assegurando que os recursos sejam destinados de forma eficiente, segura e transparente com atenção à legislação financeira, conforme prioridades e compromissos do governo federal.

Em 2024, foram pagos aproximadamente **R\$ 1,87 bilhão** a organismos internacionais, sendo **R\$ 1,28 bilhão** para contribuições a organismos dos quais o Brasil é membro pleno, **R\$ 580 milhões** para integralizações de cotas em bancos e **R\$ 9,6 milhões** para recomposição a fundos internacionais nos quais o Brasil é acionista.

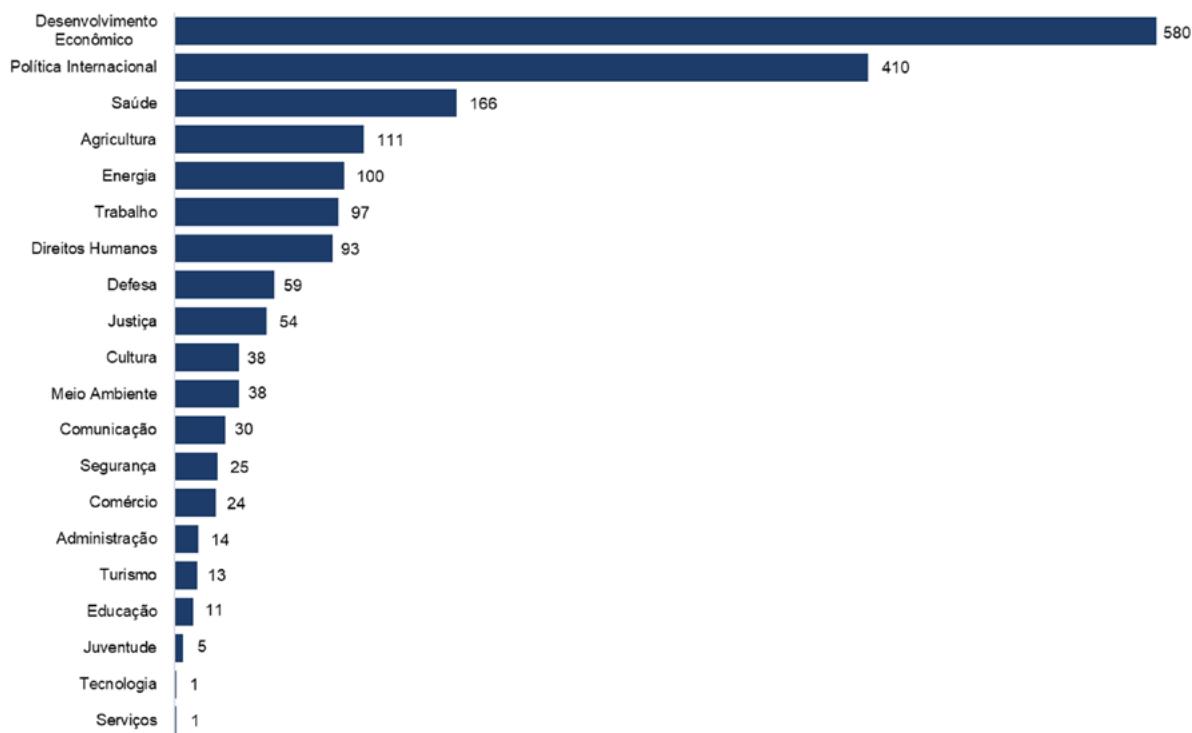
GRÁFICO 1 – Distribuição dos pagamentos por categoria



Dados em: R\$ milhões. | Fonte: CGPOI/SEAID/MPO.

Conforme o Gráfico 2, abaixo, a participação do Brasil em organismos é variada e condizente com o compromisso do governo com o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

GRÁFICO 2 – Distribuição dos pagamentos por área temática



Dados em: R\$ milhões.

Fonte: CGPOI/SEAID/MPO.

No ano de 2024, a equipe da SEAID analisou 173 processos de pagamento. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, registrou-se uma redução de 65% no tempo de resposta, resultado de estratégias de aumento de eficiência e melhoria de gestão, aliadas à consolidação de uma nova interpretação quanto à classificação orçamentária dessas despesas. A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (LDO-2024) inovou ao reclassificar as despesas decorrentes de compromissos assumidos pelo Brasil via tratados internacionais. Segundo o novo entendimento, esses tratados, ao serem internalizados pelo Congresso Nacional, adquirem status de obrigações legais no âmbito interno.

Passaram a ser classificadas como obrigatórias as despesas referentes a contribuições regulares e as primeiras rodadas de integralizações em bancos multilaterais de desenvolvimento e de recomposições de fundos internacionais resultantes de compromissos firmados em tratados internacionais promulgados pelo Brasil. Essa classificação trouxe maior previsibilidade para o planejamento e execução de pagamentos, além de reforçar o cumprimento de prazos e datas de vencimento.

Despesas Obrigatórias são aquelas cuja previsão legal ou constitucional obriga o governo a realizá-las.

Despesas Discricionárias são aquelas que o governo tem liberdade para ajustar, adiar ou cortar, conforme sua política fiscal e as prioridades do momento.

A estratégia de distribuição dos pagamentos ao longo do ano, que contou com atuação conjunta com o Ministério das Relações Exteriores e com a colaboração da Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica (SAGE) do MPO, por meio de ajustes no cronograma financeiro, permite uma mitigação dos riscos de variação cambial, o que teve especial impacto no ano de 2024, em que houve elevada variação no período.

Especificamente para o ano de 2024, a gestão orçamentária e financeira realizada pela SEAID gerou uma economia estimada de **R\$ 267,5 milhões** aos cofres públicos, em comparação com um cenário de pagamento à taxa de câmbio do final do ano. O pagamento à Organização das Nações Unidas (ONU) foi um exemplo significativo desse esforço de gestão, contribuindo com uma economia estimada em **R\$ 68,7 milhões**, reforçando o impacto positivo da estratégia.

A estratégia do **câmbio médio** consiste em distribuir os pagamentos ao longo do ano, buscando mitigar o impacto da volatilidade cambial, que em 2024 foi intensificada pelo cenário de eleições e controle de inflação nos Estados Unidos, além de conflitos globais e fatores domésticos. Com essa abordagem, aproveitam-se momentos em que o câmbio está mais favorável, evitando a concentração dos desembolsos em um único período ou na taxa vigente ao final do exercício. Assim, os pagamentos são realizados em parcelas, de modo a obter uma taxa média mais vantajosa. Esse método permite reduzir custos que poderiam ser elevados caso todos os pagamentos ocorressem em momentos de alta cambial, proporcionando economia e maior previsibilidade para o orçamento público.

O pagamento tempestivo à ONU não apenas representou uma redução de gasto primário, mas também marcou um momento histórico. A quitação integral da contribuição regular foi publicamente reconhecida por essa organização internacional, permitindo ao Brasil integrar o quadro de honra de países que realizaram esse pagamento ainda no primeiro semestre do ano. Em agosto, o Brasil já havia quitado os três componentes do orçamento da ONU (orçamento regular, missões de paz e Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Penais – IRMCT).

Esse feito coloca o Brasil em um grupo seletivo de países que estão plenamente em dia com suas obrigações financeiras na ONU, em um momento em que a organização enfrenta desafios de liquidez. A quitação desses compromissos reflete o sólido apoio do Brasil aos mandatos da ONU e ao multilateralismo, resultado de um esforço iniciado em 2023, quando foram pagos mais de **R\$ 1,1 bilhão** somente para missões de paz, a fim de liquidar passivos acumulados de anos anteriores.

Como parte dos esforços de aprimoramento na gestão de compromissos internacionais, e de conhecimento mais profundo dos organismos cujos pagamentos estão sob sua responsabilidade, a SEAID realizou uma missão estratégica na sede da ONU em Nova Iorque. A missão envolveu reuniões com autoridades e técnicos desse organismo internacional para entender e aprimorar os fluxos orçamentários e financeiros com a organização. Na missão também se discutiu como o Portal de Contribuições da ONU poderia ser utilizado como referência para a construção do novo Sistema de Pagamentos a Organismos Internacionais, que está sendo desenvolvido pela SEAID como parte do Planejamento Estratégico e Institucional (PEI) do MPO.

A SEAID é responsável pelos pagamentos a mais de **130** organismos internacionais, atendendo a cerca de **25** órgãos de enlace em toda a administração pública. As solicitações de pagamento, em sua maioria, são enviadas pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), mas também chegam por e-mail nos casos de órgãos que ainda não utilizam esse sistema, o que requer a autuação manual dos documentos em processos para instrução e pagamento. Além disso, a instrução do processo no SEI ocorre paralelamente ao planejamento e execução orçamentária e financeira nos sistemas SIOP e SIAFI. A falta de integração entre esses três sistemas demanda o preenchimento e cálculo manual de dados relacionados aos pagamentos.

O novo sistema proposto visa estabelecer uma plataforma única para envio, análise, planejamento e acompanhamento dos pagamentos. Essa centralização garantirá maior segurança da informação, redução de erros e agilidade no processamento. Além disso, permitirá a criação de uma plataforma única de consulta aos pagamentos. Como produto para a sociedade, será disponibilizado um portal de consulta pública, melhorando a transparência e a acessibilidade das informações para estudos e controle. A previsão de conclusão do novo sistema é no primeiro semestre de 2025.

A participação do Brasil em organismos, bancos e fundos internacionais fortalece sua influência global, garantindo acesso a recursos financeiros e promovendo a cooperação internacional. A SEAID faz parte desse processo, assegurando os pagamentos e trabalhando na melhoria contínua de suas atividades e gestão, com aperfeiçoamento e comprometimento com os órgãos da administração pública envolvidos.

2

Integração econômica

2.1 Representação do MPO em órgãos colegiados interministeriais

No desempenho de sua **competência regimental de coordenar a participação do MPO e representar o Ministério em órgãos colegiados interministeriais nos temas de comércio exterior**, a SEAID participou e atuou ativamente nos trabalhos e nas reuniões ordinárias e extraordinárias de órgãos da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e do Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior (COMACE), por meio de análise de documentos, discussões técnicas, articulações políticas, construção de propostas e consensos e do exercício de seu poder de voto em diferentes níveis e instâncias.

Ao longo de 2024, a SEAID participou de:

- 12 reuniões do Comitê-Executivo de Gestão (GCEEX);
- 13 reuniões do Comitê de Alterações Tarifárias (CAT);
- 11 reuniões do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG);
- 11 reuniões preparatórias do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG);
- 11 reuniões do Comitê de Defesa Comercial e Interesse Público (CDC);
- 3 reuniões do Comitê Nacional de Investimentos (CONINV);
- 4 reuniões do Grupo Técnico do Comitê Nacional de Investimentos (GT CONINV);
- 5 reuniões do Grupo de Trabalho de Revisão da Tarifa Externa Comum (GT TEC);
- 2 reuniões do Grupo de Trabalho de Comércio e Sustentabilidade (GT Comércio e Sustentabilidade);
- 2 reuniões do Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior (COMACE).

2.2 Representação do MPO em foros internacionais e em negociações de acordos comerciais

Já no exercício de sua **competência regimental de coordenar a participação do Ministério e representá-lo em negociações e foros internacionais relativos ao comércio exterior**, a SEAID acompanhou os trabalhos e participou de reuniões de órgãos decisórios e demais instâncias do Mercosul, com destaque para as reuniões de Cúpula, do Grupo Mercado Comum (GMC) e do Conselho Mercado Comum (CMC), as reuniões informais de Coordenadores Nacionais do GMC e as reuniões do Grupo de Relacionamento Externo do Mercosul (GRELEX).

Além disso, a SEAID acompanhou negociações de acordos comerciais do Brasil e do Mercosul com uma série de parceiros regionais e extrarregionais, com destaque para **União Europeia, European Free Trade Association (EFTA) e Emirados Árabes Unidos**. Em tais negociações, a participação do MPO centrou-se em alguns temas de interesse prioritário, sobretudo nas áreas de **comércio, desenvolvimento sustentável, financiamento e empoderamento feminino e igualdade de gênero**.

A esse respeito, cumpre destacar a conclusão definitiva das negociações do **Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia**, anunciada pelos Presidentes de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e a Presidente da Comissão Europeia em 6 de dezembro de 2024, em Montevidéu, após mais de duas décadas de negociações. O anúncio, feito por ocasião da 65ª Cúpula do Mercosul, realizada na mesma data, culmina processo iniciado em 2023, quando o Mercosul, sob a coordenação brasileira, e a União Europeia retomaram as tratativas birregionais com intuito de realizar ajustes em relação ao chamado “pré-acordo” que foi objeto de “declaração política” em junho de 2019. Ao longo de 2023 e 2024, foram realizadas sete rodadas de negociações presenciais entre os dois blocos, todas em Brasília, além de inúmeros outros encontros, presenciais e virtuais, entre chefes-negociadores e técnicos. A SEAID acompanhou de perto as referidas negociações, sobretudo no que diz respeito às discussões sobre comércio e desenvolvimento sustentável, mecanismo de reequilíbrio e compras governamentais.

O Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia, que nos próximos meses passará pelos processos de revisão legal e tradução, com vista à sua posterior assinatura, constitui o maior acordo comercial já concluído pelo Mercosul e conforma uma das maiores áreas de livre comércio do mundo – Mercosul e União Europeia reúnem cerca de 718 milhões de pessoas, e economias que, somadas, alcançam aproximadamente US\$ 22 trilhões de PIB. Em um contexto global de crescente contestação do estado de direito e da solução pacífica de conflitos, protecionismo e unilateralismo, o Acordo representa forte sinalização

em favor da democracia, dos direitos humanos, do multilateralismo e do comércio internacional como fator para o crescimento econômico.

De forma inovadora, o Acordo oferece oportunidades em matéria de comércio e investimentos sem comprometer a capacidade para a implementação de políticas públicas em áreas cruciais como saúde, desenvolvimento industrial, inovação e agricultura familiar.

Os dois blocos também acordaram importantes compromissos em matéria de desenvolvimento sustentável, os quais adotam abordagem colaborativa e equilibrada e reconhecem que os desafios nessa área são comuns e devem ser enfrentados de forma cooperativa por todos, tendo presente as responsabilidades comuns, porém diferenciadas dos países. O Acordo contribui, ainda, para o aprofundamento da integração regional entre os sócios do Mercosul, além de reforçar a vocação do bloco como plataforma para a inserção das economias de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em mercados externos.

Para além dos ganhos econômicos e comerciais esperados, o Acordo também reitera o compartilhamento de valores e interesses em comum entre Mercosul e União Europeia – como a defesa da democracia, a promoção dos direitos humanos, a defesa da paz e o compromisso com a sustentabilidade – e estabelece espaços de diálogo que permitirão maior coordenação entre as duas regiões nesses e em outros temas.

2.3 Presidência brasileira do G20

O Brasil exerceu, ao longo de 2024 (até 30 de novembro), a **presidência do G20**, grupo formado pelas maiores economias do mundo, além da União Africana e da União Europeia. Sob o lema “**Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável**”, e tendo como preocupação central o imperativo da redução das desigualdades nos seus mais diversos aspectos, a presidência brasileira do G20 teve como prioridades: **a inclusão social e o combate à fome e à pobreza; a promoção das transições energéticas e do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental; e a reforma das instituições de governança global** (entre as quais se incluem as Nações Unidas e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento).

Com o intuito de aproximar as trilhas de Sherpas e de Finanças, o Brasil estabeleceu duas forças-tarefas temporárias e uma iniciativa: a Força Tarefa para o Estabelecimento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, a Força Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima e a Iniciativa para Bioeconomia.

Em alinhamento com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com o Ministério da Fazenda (MF), a SEAID contribuiu para o desenvolvimento dos trabalhos da presidência brasileira do G20 e participou, de forma mais direta, de importantes grupos de trabalho e forças-tarefas de ambas as trilhas.

Nesse sentido, a SEAID participou das discussões do **Grupo de Trabalho de Desenvolvimento (DWG)** e copresidiu, junto com o MRE e com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), a **Reunião Ministerial de Desenvolvimento do G20**, realizada nos dias 22 e 23 de julho, no Rio de Janeiro. Por ocasião da Reunião Ministerial, a SEAID organizou, no dia 23 de julho, **evento paralelo** intitulado “**Combatendo as Desigualdades e Reduzindo a Pobreza, a Fome e a Desnutrição**”, o qual contou a participação da Ministra Simone Tebet (MPO), do Ministro Wellington Dias (MDS), da Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil (CONSEA), do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

A SEAID participou, também, dos trabalhos da **Força Tarefa para o Estabelecimento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**, que culminaram com o lançamento, durante a Cúpula de Líderes do G20, nos dias 18 e 19 de novembro, da **Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**. A Aliança, iniciativa inovadora e um dos principais resultados da presidência brasileira do G20, funcionará como plataforma para conectar países, organizações internacionais, instituições financeiras e entidades parceiras para a implementação de políticas públicas de eficácia reconhecida e como mecanismo de aceleração da implementação dos ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e 2 (Fome Zero).

Em linha com sua atuação nos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e em iniciativas nas áreas de financiamento e desenvolvimento sustentável, a SEAID também acompanhou, ao longo de 2024, as reuniões e os trabalhos da **Força Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima (TF-CLIMA)**, do **Grupo de Trabalho sobre Finanças Sustentáveis (SFWG)** e do **Grupo de Trabalho de Arquitetura Financeira Internacional (IFA)**. Dado o caráter transversal da agenda de clima e a prioridade que foi dada pela presidência brasileira, o tema permeou os debates de diversos grupos de trabalho, com uma importante interseccionalidade com o SFWG e com o IFA.

Nesse sentido, o SFWG promoveu um levantamento dos fundos ambientais e climáticos, realizado por um grupo de alto nível de especialistas independentes e que resultou na publicação do relatório “*Accelerating Sustainable Finance for Emerging Markets and Developing Economies*”. Além disso, o relatório final do SFWG incluiu um conjunto de princípios voluntários e de alto nível para o avanço de uma transição justa, robusta e confiável. Outra entrega

de destaque foi a Iniciativa de Política Climática (“Climate Policy Initiative” – CPI), que realizou uma avaliação de estruturas de “blended finance” para Soluções Baseadas na Natureza (“Nature-based Solutions” – NbS), dando origem ao relatório “Toolbox on Financing Nature-based Solutions (NbS)”. O relatório tem por objetivo promover estratégias de financiamento para NbS pelo setor privado, por bancos multilaterais de desenvolvimento, fundos, governos e outros atores interessados. Por fim, vale mencionar que o SFWG fez uma avaliação dos desafios de implementação de padrões de relatório de sustentabilidade para pequenas e médias empresas e para mercados emergentes e economias em desenvolvimento, incluindo suas conclusões e recomendações de políticas públicas no relatório final do grupo de trabalho.

No âmbito do IFA, foi emitido o documento “G20 Roadmap Towards Better, Bigger and More Effective Multilateral Development Banks”, um roteiro para ampliar e melhorar a atuação dos bancos multilaterais de desenvolvimento, com foco no fomento a iniciativas de desenvolvimento sustentável nos países e no enfrentamento de desafios urgentes em âmbito global e regional. Outros dois pontos destacados pela presidência brasileira foram as cláusulas para dívida climática resiliente (“Climate Resilient Debt Clauses” – CRDCs) e os swaps de dívida-por-desenvolvimento (“debt-for-development swaps”), destacando os benefícios e as limitações da utilização de instrumentos relacionados à dívida pública. Finalmente, uma nota conjunta do G20 e da OCDE (“G20/OECD Note on Assessing and Promoting Capital Flow Resilience in Emerging Markets and Developing Economies: Evidence on Drivers and Policy Implications”) analisou os fatores que influenciam os fluxos de capitais em economias emergentes e economias em desenvolvimento, destacando as necessidades crescentes de fluxos externos de capitais para que essas economias possam financiar a transição climática e o papel das políticas públicas em atrair investimentos estrangeiros diretos para essa área.

2.4 Rede de Ministros da Amazônia e Programa Amazônia Sempre

Ao longo de 2024, o MPO exerceu a **presidência da Rede de Ministros de Finanças e Planejamento da Amazônia**, a qual foi criada em 2023, no âmbito do **Programa Amazônia Sempre**. O Brasil é o primeiro país a exercer a presidência da rede.

O Programa Amazônia Sempre é uma iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento de projetos voltados à promoção do desenvolvimento sustentável na região amazônica. O programa busca apoiar projetos e ações voltados para a conservação ambiental, o desenvolvimento econômico inclusivo e o fortalecimento

das comunidades locais. Os projetos financiados no âmbito do programa se baseiam em cinco pilares temáticos: 1) combate ao desmatamento e fortalecimento do controle e da segurança ambiental; 2) bioeconomia e economia criativa; 3) pessoas (com o objetivo de melhorar o acesso à educação, saúde e emprego de qualidade); 4) cidades sustentáveis (infraestrutura, conectividade e inclusão digital); e 5) agricultura, pecuária e silvicultura sustentáveis e de baixo carbono.

A SEAID, na qualidade de representante do MPO, coordena a rede de pontos focais do Programa Amazônia Sempre, a qual se reúne em grupos de trabalho e discute as estratégicas a serem validadas em alto nível pelos Ministros de Finanças e Planejamento da região. Nesse contexto, a Secretaria está contribuindo para o desenvolvimento das cinco agendas temáticas de trabalho escolhidas para o período de 2024 e 2025: 1) mapeamento de aspectos financeiros e fiscais que impactam a região amazônica; 2) agenda global, incluindo COP30 e G20; 3) finanças inovadoras; 4) taxonomia; e 5) *Amazonian Bonds*, cujo guia de investimentos foi lançado em outubro de 2024.

Em março de 2024, a **Ministra Simone Tebet participou de Reunião da Rede de Ministros de Planejamento e Finanças**, por ocasião da Reunião Anual de Governadores do BID e do BID Invest, ocorrida na República Dominicana. Na ocasião, foi assinado acordo com a Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (SIDA) para a concessão de garantias que possibilitem a ampliação dos recursos disponíveis no valor de US\$ 470 milhões para o financiamento de projetos amazônicos. Além disso, foi realizada reunião de diálogo regional de política sobre o Amazônia Sempre, em que foram discutidos temas como a coordenação regional para a ampliação do impacto do programa, a ampliação das fontes de financiamento e a mobilização de outros recursos e atores para além do BID.

Em julho de 2024, **representantes da Rede de Ministros e do BID reuniram-se em Belém, no Pará, com a então Secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen**, para apresentar o Programa Amazônia Sempre e para ressaltar a importância de contar com o apoio de outros parceiros para o financiamento de iniciativas na região amazônica, tendo em vista as necessidades da região e sua importância estratégica em questões ambientais, de biodiversidade e climáticas globais. Na ocasião, a Secretária Renata Amaral representou a Ministra Simone Tebet na reunião, que contou também com a participação da Ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, e do Presidente do BID, Ilan Goldfajn.

Em outubro de 2024, às margens da COP16 sobre Biodiversidade em Cali, Colômbia, foi realizada, sob a coordenação do Brasil, reunião dos pontos focais da rede de Ministros de Finanças e Planejamento dos Países Amazônicos. Na ocasião, juntamente com os demais membros da rede, o Subsecretário de Organismos Internacionais e Desenvolvimento da SEAID, João Rossi, avaliou o progresso das iniciativas em curso, e discutiu as entregas para 2025.

2.5 Memorando de Entendimento entre MPO e OCDE para cooperação em matéria de empoderamento feminino e igualdade de gênero

Em junho de 2024, o **MPO** firmou **Memorando de Entendimento (MOU)** em matéria de **empoderamento feminino e igualdade de gênero** com a **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. O documento, que busca fortalecer os mecanismos de governança e as políticas públicas de competência do MPO nessa área, é mais uma iniciativa da SEAID para o avanço da temática de gênero em parceria com organismos internacionais.

O MOU foi assinado pela Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID), Renata Amaral, e pelo Secretário-Geral da OCDE, Mathias Cormann. Entre as atividades previstas no documento, destacam-se: realização de iniciativas para a redução de barreiras à maior participação das mulheres em campos como educação, emprego, empreendedorismo e acesso a financiamento; compartilhamento de informações e organização de seminários, eventos e atividade conjuntas; colaboração em iniciativas de capacitação; e estabelecimento de redes internacionais e regionais para o compartilhamento de conhecimento.

2.6 Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional

Em dezembro de 2024, o MPO firmou **declaração conjunta** com o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), o Banco de Desenvolvimento FONPLATA e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para o **estabelecimento de uma “Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional”**. O documento foi assinado pela Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento, Renata Amaral, pelo representante do Banco Mundial no Brasil, Johannes Zutt, pela representante do BID no Brasil, Annette Bettina Killmer, pela representante do CAF no Brasil, Estefanía Laterza, pela Vice-Presidente de Operações e Países do FONPLATA, Eliana Dam, e pelo Representante da Agência Francesa de Desenvolvimento no Brasil, Dominique Hautbergue.

A Declaração, cuja concepção foi idealizada pela SEAID, tem como objetivo coordenar os esforços e reforçar compromissos assumidos bilateralmente entre o MPO e cada uma das contrapartes, por meio de memorandos de entendimento e acordos de cooperação bilaterais. No documento, as partes reconhecem a importância do empoderamento e da igualdade de gênero para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável; reafirmam compromissos internacionais sobre o tema, como a Agenda 2030; comprometem-se com a inclusão da perspectiva de gênero nos projetos de desenvolvimento a serem financiados, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável, justo e equitativo; e se comprometem com o fortalecimento da cooperação para a inclusão de gênero, o apoio a programações de capacitação e empoderamento, a promoção de transparência e de acompanhamento contínuo e a mobilização de outros atores para a consecução desses objetivos.

2.7 Acordo Internacional para Eliminar a Poluição por Plásticos

Tendo em vista o rápido crescimento dos níveis de poluição por plásticos e os riscos ambientais que isso representa, os países membros do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estabeleceram um **Comitê Negociador Intergovernamental** (INC, na sigla em inglês) para a negociação de um **acordo global vinculante com o objetivo de combater a poluição por plásticos**. Até o momento, já foram realizadas cinco sessões do INC e uma reunião técnica interseccional. Em 2024, o Comitê se reuniu em Ottawa, Canadá, em abril (INC-4); em Bangkok, Tailândia, em agosto (reunião interseccional); e em Busan, Coreia do Sul, em novembro (INC-5).

Em 2024, a **SEAID atuou de forma ativa nas negociações**, tendo participado das reuniões do INC e de diversas reuniões bilaterais informais com importantes países e agrupamentos regionais. A **SEAID também coordenou, dentro do Governo brasileiro, as discussões técnicas a respeito do mecanismo financeiro para a implementação das obrigações do Acordo** – participaram também das discussões governamentais representantes do MRE, do MMA, do MDIC, do MF e do BNDES. Foram convidados ainda para participar das discussões temáticas especialistas de instituições como Banco Mundial, BID, FIDA, PNUMA e organizações não governamentais com atuação no tema. É importante destacar que o MPO conta com assistência técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a execução desse trabalho, incluindo a contratação de um consultor especializado, viabilizada por meio de cooperação técnica firmada entre o banco e o ministério.

A partir desse trabalho, foi elaborado um **documento orientador da posição brasileira para a negociação dos meios de implementação do acordo, contendo as diretrizes para a definição do mecanismo financeiro**.

Na última rodada negociadora (INC-5), os países africanos e latino-americanos e caribenhos apresentaram uma proposta conjunta para o mecanismo financeiro do Acordo, a qual refletia, em grande medida, as diretrizes propostas pelo Brasil e contou com o apoio de mais de 120 países em desenvolvimento. A próxima rodada negociadora deverá ser realizada no primeiro semestre de 2025.

2.8 Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

O Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia é uma iniciativa conjunta do Sistema das Nações Unidas, do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal e do Governo Federal do Brasil, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento sustentável da região de forma integrada e cooperativa. Sua criação foi anunciada na 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP27), em Sharm el-Sheikh, Egito, em novembro de 2022, e o lançamento ocorreu durante o evento “ONU e Amazônia: parceria para o desenvolvimento sustentável”, em Santarém, estado do Pará, em agosto de 2023. Constituído na forma de um *Multi-Partner Trust Fund* (MPTF), o Fundo está inserido em uma estrutura especializada da ONU para mecanismos de financiamento compartilhado voltados para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Como um dos representantes do Governo Federal no Comitê Diretivo do Fundo, o MPO, representado pela SEAID, contribuiu, ao longo de 2024, com os esforços para possibilitar a sua implementação.

Nesse sentido, a Secretária Renata Amaral participou, em julho de 2024, de evento de divulgação organizado pelo MRE e pela ONU com órgãos de governo e da sociedade civil, com o objetivo de apresentar o Fundo a potenciais doadores e discutir sua importância para o desenvolvimento sustentável da região. O anúncio da primeira contribuição ao Fundo foi feito pelo Primeiro-Ministro do Canadá, Justin Trudeau, durante a plenária final da Cúpula de Líderes do G20, realizada no Rio de Janeiro em novembro de 2024. Na ocasião, ele se comprometeu a destinar 13 milhões de dólares canadenses (aproximadamente 60 milhões de reais) para a iniciativa. Em dezembro, a SEAID indicou representante para o Comitê Técnico que deverá analisar os projetos que receberão apoio do Fundo.

3

Instituições financeiras internacionais

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento - BMDs são instituições financeiras públicas multilaterais destinadas a financiar projetos de investimentos ou de políticas que tenham elevado retorno social, oferecendo crédito de longo prazo, assistência técnica ou instrumentos de mitigação de riscos, em condições mais favoráveis que as do mercado privado.

A SEAID coordena o relacionamento institucional do Brasil com as diretorias-executivas residentes e a participação do País nas diretorias-executivas não residentes, assembleias de governadores e outras instâncias de governança no âmbito multilateral regional, tendo papel decisivo nas suas definições relativas à governança, investimentos e fornecimento de capacitação técnica.

Os BMDs sob o escopo da SEAID são:

- Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
- Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe – CAF;
- Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA;
- Grupo Banco Africano de Desenvolvimento – BAD;
- Banco de Desenvolvimento do Caribe – BDC.

3.1 Governança dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)

Em 2024, a SEAID atuou ativamente na promoção da boa governança em todos os BMDs sob sua competência, além das atividades rotineiras de acompanhamento, participando de:

- 6 Reuniões de Diretoria Executiva, 1 Reunião da Assembleia de Governadores, 8 reuniões de Grupos Técnicos e emissão de 6 votos à distância no FONPLATA;
- 1 Reunião da Assembleia de Governadores e emissão de 4 votos à distância no BID;
- 5 Reuniões de Diretoria Executiva, 1 reunião da Assembleia de Governadores, 9 reuniões de Grupos Técnicos e emissão de 4 votos à distância no CAF;

- 7 Reuniões de Diretoria Executiva, 3 reuniões da Assembleia de Governadores, 3 reuniões de Grupos Técnicos e emissão de 5 votos à distância no BDC; e
- 2 Reuniões da Assembleia de Governadores, 3 reuniões da *Constituency "BDIR 18"* (Brasil, Argentina, Japão, Áustria e Arábia Saudita), 1 reunião de avaliação de ciclo do "FAD 16" (16^a rodada de recomposição de fundos do Fundo Africano de Desenvolvimento), 2 Reuniões de discussão de temas prévios ao "FAD 17" (17^a rodada de recomposição de fundos do Fundo Africano de Desenvolvimento), 2 reuniões do Comitê Permanente do Compacto Lusófono e emissão de 2 votos à distância no BAD.

3.1.1 Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA

Em junho de 2024, o Brasil assumiu a Presidência da Assembleia de Governadores do FONPLATA, com mandato de um ano. Nesta posição, a SEAID conduz discussões estratégicas na instituição, como o redesenho organizacional, a nova rodada de capitalização e a diretiva para incorporação de novos sócios.

A presidência brasileira conduziu a discussão sobre uma nova rodada de capitalização, com objetivo de proporcionar uma expansão do patamar de suas operações e atrair novos sócios (com abertura para a incorporação, inclusive, de sócios extrarregionais não mutuários).

O Diretório Executivo finalizou a discussão sobre a atualização dos regulamentos do FONPLATA, da Diretoria Executiva e da Assembleia de Governadores. Tais sugestões de normativos foram aprovados e adotados em dezembro de 2024.

Merce destaque a reestruturação da governança do FONPLATA, começando com a remodelação da área de auditoria, que passa a se reportar diretamente ao Diretório e não mais à Presidência Executiva, melhorando a governança da instituição.

Em agosto de 2024, durante a inauguração das novas instalações do escritório de representação do banco no Brasil, foi assinado Memorando de Entendimento com o MPO com vistas ao desenvolvimento local e à redução da desigualdade de gênero.

Cabe destacar ainda a assinatura de Memorando de Entendimento "FONPLATA - FOCEM" para apoiar a preparação de projetos brasileiros para uso de recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) – mais informações no Capítulo 7, abaixo.

3.1.2 Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Tendo a Diretoria Executiva residente em Washington sob sua coordenação, a SEAID participou de importantes discussões que levaram às decisões da Assembleia de Governadores na Reunião Anual do BID de 2024, em Punta Cana, República Dominicana.

Na ocasião, os 48 Governadores do Banco aprovaram a estratégia institucional para o Grupo BID, assim como novo modelo de negócios e capitalização para o BID Invest e BID Lab. Espera-se que a reforma e a capitalização aumentem a capacidade operativa das instituições, elevando a mobilização de recursos de terceiros, adotando novos instrumentos financeiros e aumentando o apetite ao risco.

A SEAID trabalhou junto com a Diretoria Executiva residente e o Escritório Brasil para a elaboração e aprovação da Estratégia País 2024-2027. A nova estratégia definiu setores prioritários para a atuação do BID no Brasil, elencou instrumentos financeiros preferenciais e aumentou a seletividade na escolha de projetos, buscando conferir um caráter programático para atuação do grupo BID no Brasil.

Cabe destacar, ainda, a participação da equipe da SEAID na Missão do BID Invest ao Brasil em dezembro último. A missão teve como objetivo promover o alinhamento das iniciativas e projetos executados pelo BID Invest às prioridades do governo federal, em linha com a Estratégia País 2024-2027. Na ocasião, realizou-se exercício de verificação do alinhamento da atual carteira no Brasil em relação aos objetivos do governo, bem como discussão sobre as perspectivas futuras dessa carteira, de modo a atingir os objetivos estratégicos do país no que se refere ao desenvolvimento e à atuação do setor privado, com o apoio do BID.

3.1.3 Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe – CAF

O Brasil capitanou a discussão sobre melhorias na estrutura de governança do Banco, tendo por base necessidades apresentadas pelos países à Diretoria Executiva, à luz das melhores práticas de governança utilizadas pelos demais bancos de desenvolvimento multilaterais, que culminou na aprovação de novos regulamentos do Comitê de Auditoria e Comitê Técnico do Diretório.

Adicionalmente, cabe destaque para a eleição do novo Vice-presidente do Setor Privado, com a nomeação do brasileiro Antônio Henrique Pinheiro Silveira para o cargo.

3.1.4 Grupo Banco Africano de Desenvolvimento – BAD

Em 2024, o Brasil seguiu trabalhando para estreitar as relações com o continente africano. Nesse sentido, em abril de 2024, durante a visita ao Brasil do Presidente do BAD, Dr. Akinwumi Adesina, o Brasil formalizou sua adesão ao Compacto para o Financiamento do Desenvolvimento dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – “Compacto Lusófono”. O objetivo do Compacto é a promoção da cooperação entre o BAD, o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e os PALOP (República de Angola; República de Cabo-Verde; República da Guiné Equatorial; República da Guiné Bissau; República de Moçambique; República Portuguesa; República Democrática de São Tomé e Príncipe) para apoiar investimentos privados nesses países.

3.1.5 Banco de Desenvolvimento do Caribe – BDC

Em junho de 2024 o Brasil assumiu a presidência do Conselho de Governadores do BDC, com mandato até junho de 2025, passando a conduzir as decisões sobre todas as questões estratégicas do Banco, como o processo de eleição de novo Presidente Executivo e os trabalhos de revisão da estrutura de governança da instituição.

Para encerramento do mandato brasileiro frente à presidência do Conselho de Governadores, o Brasil assumiu o compromisso de realizar a Reunião Anual de 2025 do Banco, em Brasília, em junho de 2025. Participarão da reunião representantes de 28 países, vários deles em nível de Chefe de Governo (Primeiro-Ministro).

A oportunidade de sediar a Reunião Anual de 2025 vai ao encontro da prioridade conferida ao Caribe pela Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores, que organizará, também em Brasília, a Cúpula Brasil-Caribe, no dia seguinte à Reunião Anual do BDC.

Por fim, cabe destacar a condução brasileira do processo eleitoral para escolha do novo presidente executivo do BDC, a qual foi essencial para se alcançar um consenso em torno do candidato de Barbados, Sr. Daniel Best.

3.2 Não Objeções e relacionamento com as operações do setor privado

Uma das áreas de atuação da SEAID foi a emissão de não objeções para o prosseguimento de operações de cooperação técnica não reembolsável (BID e CAF) e operações de financiamento sem garantia soberana com o setor privado (BID Invest e Banco Europeu de Investimentos - BEI).

Em 2024 foram emitidas 39 não objeções, envolvendo aproximadamente US\$ 2,1 bilhões em aprovações. Foram aprovados aproximadamente US\$ 9,4 milhões em cooperações técnicas nas mais variadas áreas de desenvolvimento, como sustentabilidade e ações climáticas, definição e monitoramento de políticas públicas e iniciativas relacionadas a gênero. Os beneficiários dessas cooperações são órgãos das várias esferas de governo (federal, estadual e municipal).

O valor mais expressivo ficou por conta da aprovação de operações sem garantia soberana com o setor privado, em um montante aproximado de US\$ 2,1 bilhões, denotando uma crescente importância das operações privadas dos BMDs para o Brasil. Os investimentos são variados, cabendo destaque ao investimento em infraestrutura, água e saneamento, energias renováveis, financiamento para micro, pequenas e médias empresas, inclusive na região amazônica, tecnologia e fundos relacionados ao clima e resiliência climática.

A crescente importância do setor privado foi o mote para a realização de reuniões de coordenação no decorrer de 2024 com o CAF, o BID Invest e o FONPLATA para tratar das diretrizes de crescimento das operações nesse setor.

3.3 Missões exploratórias de outros BMDs de escopo regional

Durante o ano de 2024, o Brasil recebeu duas missões exploratórias de bancos multilaterais de desenvolvimento com escopo regional.

O primeiro deles foi o Banco Europeu de Desenvolvimento (BED), focado especialmente nas operações com o setor privado em infraestrutura e energia no leste europeu.

O segundo foi o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), última instituição financeira do continente na qual o Brasil ainda não é sócio membro.

3.4 Diretrizes Estratégicas para a atuação do Brasil nos BMDs de escopo regional

Em uma importante iniciativa histórica, o MPO publicou o documento de Princípios Orientadores e Diretrizes Estratégicas para o relacionamento institucional do Brasil com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de escopo regional (Portaria GM/MPO nº 443, de 7 de dezembro de 2024) definindo um conjunto de elementos que guiarão a atuação do MPO no relacionamento com os BMDs.

O objetivo da publicação é subsidiar a construção e a manifestação das posições brasileiras nas instâncias de governança dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de escopo regional; fortalecer a coordenação entre os representantes brasileiros que atuam no relacionamento institucional com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de escopo regional; e contribuir para o aperfeiçoamento institucional dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de escopo regional de modo a ampliar o impacto positivo das operações, observados seus respectivos acordos constitutivos e mandatos de atuação.

Os Princípios Orientadores instituídos no documento são os seguintes:

- **Princípio Orientador 1** – Apoiar projetos prioritários para o desenvolvimento econômico e social dos países-membros
- **Princípio Orientador 2** – Promover a integração regional em bases sustentáveis
- **Princípio Orientador 3** – Apoiar a transição ecológica justa e inclusiva e o enfrentamento das mudanças climáticas e de seus efeitos
- **Princípio Orientador 4** – Atuar pela erradicação da miséria, pela inclusão social e pela equidade de gênero e de raça
- **Princípio Orientador 5** – Estimular boas práticas de gestão, governança e transparência para a otimização do uso do capital e a garantia da sustentabilidade financeira.

4

Financiamento externo

Desde janeiro de 2023, a SEAID tem conduzido um extenso processo de reformulação e de modernização das normas referentes à submissão e análise de programas e projetos pela Comissão de Financiamentos Externos (Coflex), reduzindo trâmites burocráticos e ampliando o acesso às linhas de crédito disponibilizadas por organismos financeiros internacionais ou por agências governamentais estrangeiras. Nesse sentido, a transparência foi elevada à condição de prioridade, com a divulgação antecipada do calendário de reuniões da Coflex para o ano em curso, bem como a publicação sistemática dos pleitos apresentados e incluídos na pauta de cada uma dessas reuniões e respectivos resultados.

De forma concomitante, a SEAID tem desempenhado suas atribuições em estreita cooperação com mutuários e agentes financeiros externos, visando à maximização dos impactos associados aos programas e projetos submetidos à apreciação da Coflex. Essa articulação institucional manifesta-se por meio de uma participação ativa nos processos de revisão de carteiras e na integração a missões de apoio técnico e supervisão, assegurando uma implementação mais eficaz das iniciativas apoiadas por financiamento público externo com garantia da União.

Em consonância com a agenda verde e climática priorizada pelo Governo Federal, a regulamentação da Coflex foi atualizada, a fim de ampliar o acesso a recursos destinados a projetos que visem à preservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, bem como ao enfrentamento dos impactos decorrentes da mudança do clima. Esses esforços incluem o atendimento às consequências dos eventos que resultaram no estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.

Como consequência de tais atividades, os anos de 2023 e 2024 registraram sucessivos recordes no número de pleitos de financiamento externo apresentados. Notadamente, em 2024, a Coflex autorizou o maior montante de operações de crédito externo dos últimos dez anos, com expressiva parcela desses recursos destinada a projetos a serem implementados no Estado do Rio Grande do Sul.

Importantes avanços foram igualmente obtidos nas agendas de integração regional e de promoção da equidade de gênero. Com a regularização da contribuição brasileira ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), novos projetos brasileiros

voltados à melhoria da qualidade de vida das populações fronteiriças do bloco sul-americano foram aprovados – mais informações no Capítulo 7, abaixo. Ainda, visando incrementar a participação feminina na elaboração e na submissão de pleitos, bem como estimular a inclusão de componentes de gênero nos projetos, foi realizada a primeira capacitação exclusiva para mulheres líderes do Poder Executivo estadual e municipal, com foco na captação de recursos externos voltados ao financiamento de políticas públicas locais.

Os resultados alcançados em 2024, bem como as perspectivas almejadas para 2025, apresentados nas seções subsequentes, evidenciam o firme compromisso da SEAID em alinhar os recursos e as ações das instituições financeiras internacionais às políticas nacionais de desenvolvimento econômico e social. Esse compromisso reafirma o papel estratégico da SEAID na promoção de uma agenda de desenvolvimento sustentável, inclusiva e integrada, fortalecendo a capacidade do Brasil de acessar recursos externos para enfrentar importantes desafios e impulsionar o progresso nacional.

4.1 Marco Institucional

4.1.1 Comissão de Financiamentos Externos (Coflex)

A Coflex é a Comissão de Financiamentos Externos, atualmente regulamentada pelo Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017 (com alterações trazidas pelo Decreto nº 11.448, de 21 de março de 2023), composta por diferentes órgãos da esfera federal e cuja Secretaria-Executiva é exercida pela SEAID, à qual cabe a avaliação técnica dos pleitos de programas e projetos do setor público vinculados a fontes externas, a partir de informações prestadas por proponentes, (conforme disposto no art. 28, III, do Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023, alterado pelo Decreto nº 11.398, de 21 de janeiro de 2023).

A finalidade da Coflex é autorizar a preparação de programas e projetos do setor público, cuja matriz de financiamento possua recursos externos com garantia da União ou oriundos de organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

Além de projetos financiados por instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) – instituições multilaterais em que a SEAID desempenha também o papel de coordenar a atuação do Brasil como acionista –, a Coflex avalia projetos financiados por uma ampla gama de instituições internacionais.

Entre essas, destacam-se: o Banco Mundial (BIRD), o Banco de Crédito para Reconstrução (KfW, na sigla em alemão), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Banco Europeu de Investimentos (BEI), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB).

Esse colegiado tem por finalidade examinar e autorizar a preparação de programas/projetos do setor público a **serem** financiados por fontes externas:

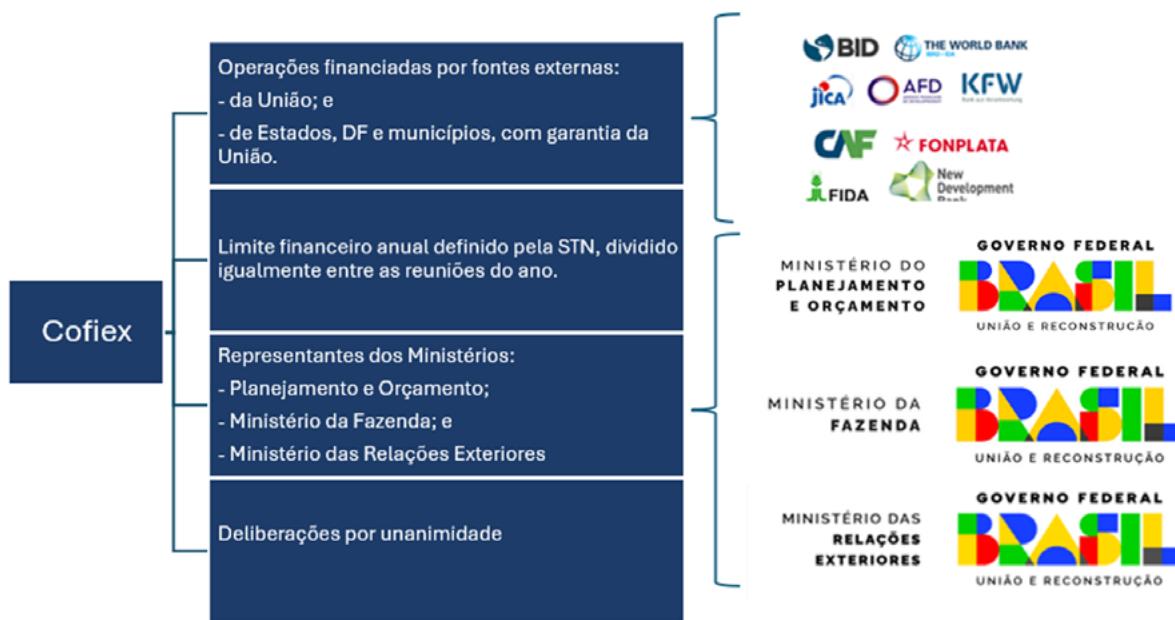
- da União, de sua administração direta e de suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes; e
- dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas administrações diretas e de suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, quando houver garantia da União ou financiamento de organismo internacional ou de agência governamental estrangeira.

Nas reuniões da Cofex, são deliberados os pleitos apresentados dentro do prazo de submissão previamente definido e divulgado.

A Cofex é composta pelos seguintes membros:

- **Ministério do Planejamento e Orçamento**
 - Secretário-Executivo (Presidente da Comissão);
 - Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (Secretária-Executiva da Comissão);
 - Secretaria Nacional de Planejamento; e
 - Secretário de Orçamento Federal.
- **Ministério da Fazenda**
 - Secretário do Tesouro Nacional;
 - Secretaria de Assuntos Internacionais; e
 - Secretário de Política Econômica.
- **Ministério de Relações Exteriores**
 - Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros.

FIGURA 1 – Comissão de Financiamentos Externos



Fonte: SUFIN/SEAID/MPO

4.1.2 Grupo Técnico da Cofex (GTEC)

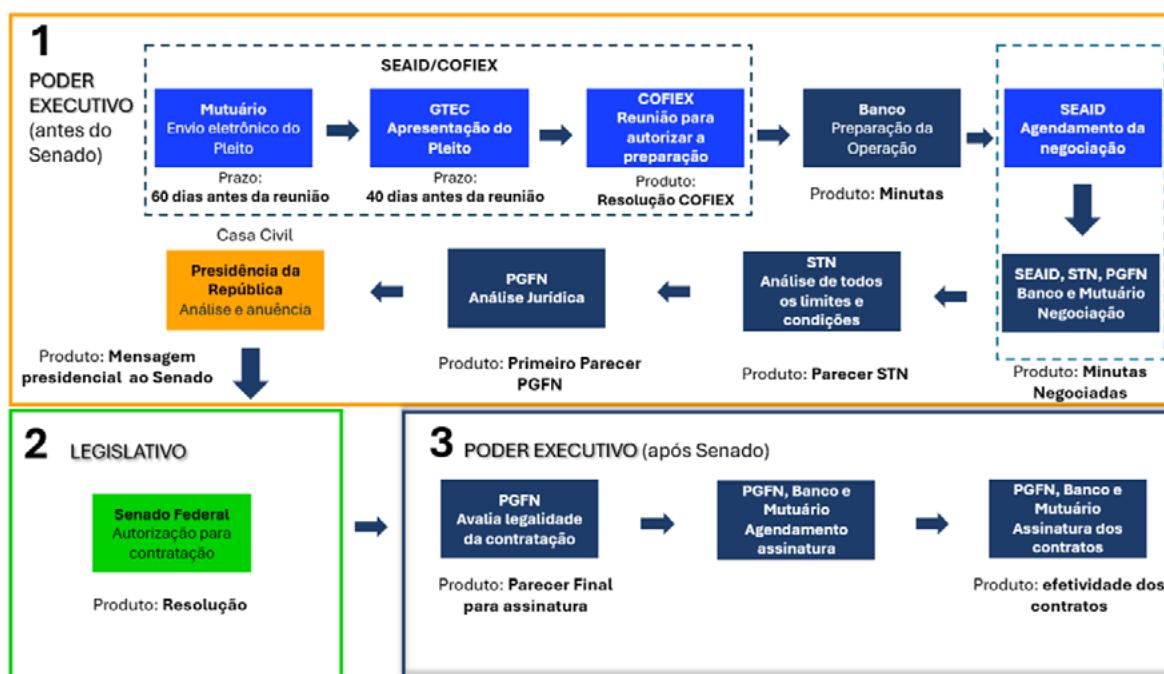
Conforme previsto no Decreto nº 9.075, de 2017, a Cofex é assessorada por um Grupo Técnico permanente (GTEC), no âmbito do qual os interessados em obter financiamento externo com garantia da União devem apresentar suas propostas:

- **“GTEC-Apresentação”:** reunião técnica de apresentação dos pleitos pelos proponentes ao GTEC, com o objetivo de possibilitar o conhecimento mais detalhado do programa ou projeto por parte dos membros do Grupo. Os aspectos técnicos e operacionais e o enquadramento do programa/projeto nas prioridades setoriais são analisados. Nessa oportunidade, poderão ser solicitados ao proponente esclarecimentos ou informações adicionais. As análises da versão final dos pleitos servirão de base para a classificação dos programas ou projetos. É importante a observância desses critérios, tendo em vista os limites de financiamento estabelecidos para cada reunião da Cofex. Caso o pleito não se enquadre dentro do limite estabelecido na reunião, poderá ser novamente apresentado, observando a deliberação em no máximo três reuniões da Cofex.
- **“Pré-Cofex”:** reunião técnica que antecede a Cofex, na qual é apresentado o ranking dos programas/projetos de acordo com a pontuação obtida a partir das

análises técnicas da SEAID e da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN).

O fluxograma abaixo representa, de maneira sucinta, o processo desde a apresentação do pleito pelos proponentes até a assinatura dos contratos. É importante ressaltar a participação de outras instâncias governamentais, tais como a Presidência da República, a STN, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o Senado Federal, o ente federado e o organismo ou o banco financiador/credor.

FIGURA 2 – Fluxograma das operações de crédito externo com garantia da União



Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.2 Avanços Institucionais de 2024

O ano de 2024 foi marcado por significativos avanços institucionais conduzidos pela SEAID, reafirmando o seu compromisso com a modernização dos processos de financiamento externo e com a implementação de políticas públicas alinhadas às diretrizes estratégicas do Governo Federal. Nesse contexto, destacam-se as seguintes realizações:

- Nova resolução para a preparação de projetos ou programas do setor público com apoio financeiro de fontes externas;
- Portal de Financiamento Externo (PFE);
- Sublimites específicos para projetos ambientais/climáticos e de parcerias público-privadas (PPPs);
- Priorização de programas ou projetos destinados ao atendimento das consequências dos eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul;
- Capacitação de mulheres líderes do Executivo estadual e municipal em captação de recursos externos para financiamento de políticas locais com perspectiva de gênero.

4.2.1 Nova resolução para a preparação de projetos ou programas

A Resolução Normativa nº 1, de 22 de novembro de 2024, estabelece um novo marco regulatório para a análise e autorização de programas ou projetos do setor público com financiamento externo, consolidando e atualizando normas anteriormente dispersas em diversos dispositivos regulatórios e focando no potencial de impacto dos pleitos analisados.

Entre as disposições principais da referida resolução, destacam-se:

- Instituição do Portal de Financiamento Externo (PFE): instrumento administrativo eletrônico que integra as atividades de registro, exame, autorização e acompanhamento de pleitos de preparação de projetos ou de programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas, mediante fluxo único e computadorizado de informações. Por meio do novo portal, os proponentes poderão encaminhar documentos ou dados exigidos pela Cofex a um único ponto de entrada acessível por meio da Internet.
- Estabelecimento de diretrizes e prazos abrangendo todas as etapas do processo, incluindo os aspectos financeiros. Foram ainda previstas regras específicas para casos de calamidade pública e projetos submetidos a regimes fiscais especiais, conferindo flexibilidade em situações excepcionais.
- Definição de critérios de avaliação: contemplando análise técnica e adequação às áreas estratégicas. Tem-se como critério preponderante a sua relevância para o atendimento aos objetivos estratégicos e às prioridades da Administração Pública consignados no Plano Plurianual 2024-2027. Busca-se assim a aprovação de projetos com melhores resultados potenciais em relação aos objetivos e às políticas de impacto para o Brasil. Também há especial atenção para projetos que promovam

a integração regional, bem como para projetos destinados à preservação do meio ambiente e enfrentamento à emergência climática. Para projetos ou programas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a análise também considerará o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da localidade, a capacidade de pagamento e a trajetória de endividamento.

A resolução representa um esforço para modernizar a gestão de financiamentos externos no setor público, promovendo maior rigor técnico, alinhamento estratégico às políticas prioritárias do Estado Brasileiro e transparência na alocação de recursos, assegurando maior eficiência no atendimento das prioridades nacionais.

4.2.2 Portal de Financiamento Externo (PFE)

O Portal de Financiamento Externo (PFE), oficialmente lançado em dezembro de 2024, configura-se como um instrumento administrativo eletrônico que integra as atividades de registro, exame, autorização e acompanhamento de pleitos de preparação de projetos ou de programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas, mediante fluxo único e computadorizado de informações.

O Portal aperfeiçoa o preenchimento e a submissão de pleitos de financiamento externo, substituindo o Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS), utilizado para esses fins desde 2013. Assim, os pleitos a serem submetidos e deliberados nas reuniões subsequentes da Cofex de 2025 em diante já serão processados por meio dessa ferramenta para a modernização da gestão de financiamentos externos no setor público. Em 2025, novos módulos serão desenvolvidos, ampliando as funcionalidades e a integração com sistemas de outros órgãos que compõem a Cofex, fortalecendo, assim, a governança sobre os processos de financiamento externo.

4.2.3 Sublimites para projetos ambientais e climáticos e de parcerias público-privadas (PPPs)

As Resoluções Cofex nº 80 e nº 81, ambas datadas de 7 de dezembro de 2023, instituíram a partir de 2024 sublimites específicos anuais para a autorização da preparação de projetos ou programas com finalidades distintas, mas igualmente estratégicas. No caso da Resolução nº 80, de 2023, o sublimite instituído foi direcionado a projetos cujos recursos sejam integralmente destinados a objetivos ambientais ou climáticos. Já a Resolução nº 81,

de 2023, tratou da criação de sublimite para projetos destinados ao aporte ou à garantia de contraprestações pecuniárias do parceiro público ao parceiro privado, no âmbito de parcerias público-privadas (PPPs).

Os procedimentos e critérios para enquadramento de pleitos no sublimite estabelecido pela Resolução nº 80, de 2023, foram regulamentados pela Portaria MPO-SEAID nº 220, de 5 de julho de 2024, que define os seguintes objetivos ambientais e climáticos a serem atendidos:

- Conservação, proteção e recuperação da biodiversidade, de ecossistemas e biomas;
- Prevenção e controle do desmatamento e de incêndios florestais;
- Proteção, conservação e uso sustentável de recursos hídricos e marinhos;
- Gestão e destinação adequada de resíduos;
- Prevenção e controle da poluição;
- Mitigação de emissões de gases de efeito estufa; e
- Adaptação às mudanças climáticas.

A criação e regulamentação desses sublimites refletem o compromisso do Governo Federal em priorizar ações que promovam a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento das parcerias público-privadas, assegurando e alavancando recursos para iniciativas de relevância estratégica no enfrentamento das mudanças climáticas e na modernização da infraestrutura nacional. A nova Resolução Normativa Cofex nº 1, de 2024, manteve ambos os sublimites em vigor.

4.2.4 Priorização ao atendimento das consequências dos eventos climáticos

Em atenção à emergência decorrente do estado de calamidade pública decretado no Estado do Rio Grande do Sul, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024, a Resolução Cofex nº 26, de 6 de junho de 2024, foi aprovada para regulamentar a apreciação de programas e projetos destinados ao atendimento das consequências dos eventos climáticos que acometeram a região.

Assim, os programas e projetos abrangidos pela resolução passaram a observar os seguintes dispositivos:

- Prioridade na Análise: Esses projetos passaram a ser avaliados pela Cofex sem necessidade de concorrer com outros pleitos, dispensando o cumprimento dos requisitos previstos nas resoluções Cofex nº 17, de 7 de junho de 2021, e Cofex nº 3, de 29 de maio de 2019;

- Destinação Exclusiva dos Recursos: Os recursos provenientes desses projetos devem ser integralmente direcionados ao combate à calamidade pública e ao enfrentamento de suas consequências, conforme disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- Flexibilidade de Procedimentos: A análise de tais pleitos pode ocorrer por meio de consulta eletrônica, conforme estabelecido no art. 6º da Resolução Cofex nº 1, de 31 de março de 2023, otimizando o processo de aprovação;
- Concessão de Garantias da União: A aplicação de garantias da União seguiu os critérios estabelecidos no art. 4º da Portaria MF nº 817, de 20 de maio de 2024, com a análise conduzida pela STN no âmbito do processo de apreciação pela Cofex.

Essa medida, que permanecerá vigente enquanto durar o estado de calamidade pública, reflete o comprometimento do Governo Federal com a mitigação dos impactos sociais, econômicos e ambientais gerados pelos eventos climáticos, assegurando agilidade na alocação de recursos estratégicos para a recuperação da região afetada.

Considerando os riscos climáticos e sanitários futuros, a nova Resolução Normativa Cofex nº 1, de 2024, implementou permanentemente tratamento especial para situações de calamidade pública.

4.2.5 Capacitação de mulheres líderes

Conforme levantamento realizado pela SEAID, constatou-se que apenas cerca de 8% dos pleitos de financiamento externo submetidos à Cofex são provenientes de governos liderados por gestoras mulheres, apesar de estas ocuparem a chefia de 12% dos municípios e estados brasileiros. Com vistas a ampliar a participação feminina na submissão de propostas de financiamento externo e a estimular a inclusão de componentes de gênero nos projetos apresentados, o MPO, em parceria com o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Instituto Alziras, promoveu a primeira capacitação sobre o tema voltada exclusivamente a gestoras públicas.

O evento, realizado entre os dias 8 e 10 de maio de 2024, em Brasília, teve como público-alvo governadoras, vice-governadoras, prefeitas, vice-prefeitas e secretárias de estados e municípios com mais de 90 mil habitantes (entes aptos a tomar financiamento externo). A capacitação contou com a participação de 47 gestoras públicas de todas as regiões do país, representando pastas estratégicas, como Políticas para Mulheres, Fazenda, Assistência Social, Justiça, Saúde, Trabalho, Planejamento e outras áreas correlatas. Além

disso, estiveram presentes aproximadamente 30 especialistas de órgãos federais como MPO, Enap, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério da Fazenda (MF) e representantes de oito agentes financeiros externos, além do coorganizador CAF. A programação do evento incluiu painéis e workshops sobre temas como:

- Mobilização de recursos externos como instrumento de desenvolvimento local;
- Desafios na elaboração e na execução de projetos;
- Seleção de instrumentos financeiros adequados;
- Geração de emprego e renda nos estados e municípios;
- Enfrentamento das mudanças climáticas em áreas urbanas e rurais;
- Igualdade de gênero na transição verde;
- Infraestrutura e saneamento sob a ótica de gênero; e
- Planejamento de cidades com perspectivas femininas.

Durante o evento, foram apresentadas iniciativas concretas em execução, com o objetivo de compartilhar experiências, disseminar boas práticas e identificar oportunidades para novos projetos que atendam às demandas prioritárias dos estados e municípios brasileiros. Ao fomentar a participação de um número maior de gestoras na submissão de projetos e promover a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas financiadas por recursos externos, a iniciativa contribui para fortalecer a equidade de gênero, incorporar novas perspectivas no desenho das políticas públicas e alcançar resultados concretos, especialmente para as populações em situação de maior vulnerabilidade.

4.3 Relevância da Atuação da Cofex no Contexto Nacional

A Cofex desempenha um papel estratégico na articulação de financiamentos externos para o desenvolvimento econômico e social no Brasil. Como instância responsável pela avaliação de programas e projetos financiados por organismos financeiros internacionais e agências governamentais estrangeiras, a Cofex garante que os recursos captados estejam alinhados com as diretrizes de políticas públicas e as prioridades do Governo Federal. Além disso, a atuação da Comissão assegura a eficiência no uso dos recursos externos, contribuindo para a execução de projetos estruturantes em áreas como infraestrutura, saúde, educação, tecnologia e sustentabilidade, ampliando a capacidade do país de atingir suas metas de desenvolvimento.

No contexto nacional, a Cofex exerce função crucial na harmonização das iniciativas subnacionais com os objetivos nacionais de desenvolvimento. Estados e municípios que buscam acesso a financiamentos internacionais são orientados pela Comissão a estruturar seus projetos em conformidade com os critérios técnicos e financeiros necessários, em linha com a priorização da transparência e os esforços de viabilização de maior acesso aos recursos disponibilizados por bancos multilaterais de desenvolvimento. Essa intermediação fortalece a cooperação entre os entes federativos e os financiadores externos, além de impulsionar investimentos que geram impactos positivos na economia do país e na qualidade de vida da população brasileira.

4.3.1 Carteira Ativa de Projetos e Programas

A carteira ativa da Cofex compreende, atualmente, um total de 362 projetos e programas, cujo montante financeiro agregado alcança a expressiva soma de US\$ 48,3 bilhões. Desse total financeiro, 41,6% estão associados a projetos na fase 'Em preparação'; 34,3% a projetos na fase 'Em execução'; 19,3% a projetos na fase 'Aguardando Assinatura'; e os 4,9% restantes a projetos na fase 'Em Negociação', conforme detalhado na tabela apresentada a seguir.

TABELA 1 – Distribuição da Carteira Ativa de acordo com a fase de andamento dos projetos

Fase ¹	Número de Operações	Valor de Empréstimo	Valor de Contrapartida
Em Preparação	110	20.076,7	2.800,4
Em Negociação	13	2.359,7	719,2
Aguardando Assinatura	93	9.313,5	3.676,2
Em Execução	146	16.565,4	4.975,3
Total	362	48.315,2	12.171,1

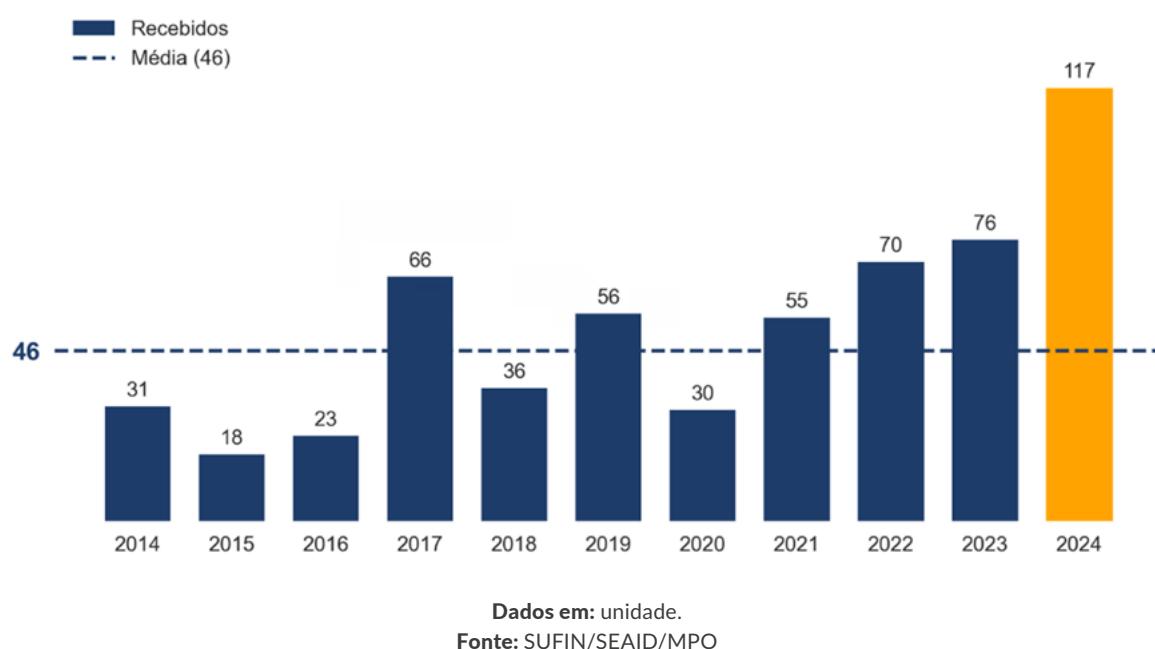
Dados em: unidade de US\$ milhões.

Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.3.2 Recorde de Pleitos Recebidos

Em consonância com essa diretriz de aprimoramento da transparência no processo de autorização de financiamentos externos, o ano de 2024 registrou um número sem precedentes de pleitos de operação de crédito externo submetidos para apreciação da Cofex. No total, foram contabilizados 117 pleitos, um recorde que corresponde a 2,5 vezes a média anual de 46 pleitos recebidos no intervalo temporal compreendido entre 2014 e 2023, além de representar um incremento de 53,9% em relação ao número de pleitos recebidos no ano anterior (2023), conforme destacado no gráfico subsequente.

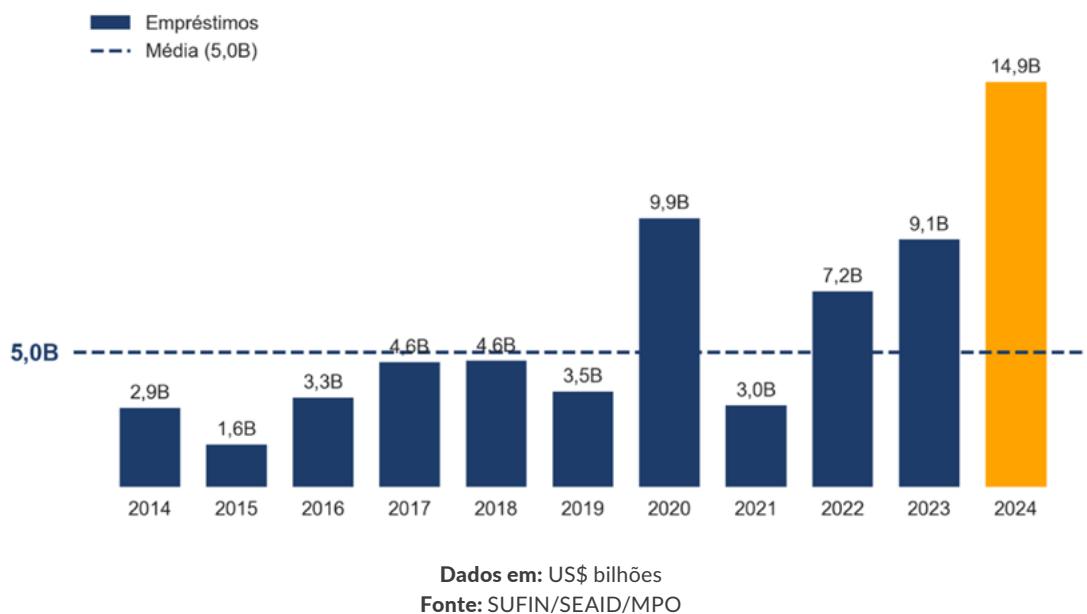
GRÁFICO 5 – Evolução do número de pleitos recebidos, conforme a data mais recente de recebimento



4.4 Análise Informativa dos Pleitos Autorizados pela Cofex em 2024

No exercício de 2024, a Cofex autorizou um montante financeiro de US\$ 14,9 bilhões em operações de crédito externo, configurando-se como o valor mais elevado registrado nos últimos 10 anos. Esse montante não apenas superou em quase três vezes a média de US\$ 5,0 bilhões obtida no período analisado, mas também reafirmou a trajetória de crescimento observada desde 2020, ano em que foram autorizados US\$ 9,9 bilhões. Esse incremento no volume de autorizações evidencia o compromisso estratégico da Cofex em fomentar projetos de relevância nacional, impulsionando o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento econômico, sem acarretar risco adicional de deterioração fiscal. Tal segurança decorre do fato de que os limites estabelecidos para as operações de crédito externo são definidos pelo Tesouro Nacional, com base em análises criteriosas do cenário fiscal, a fim de preservar a sustentabilidade das contas públicas.

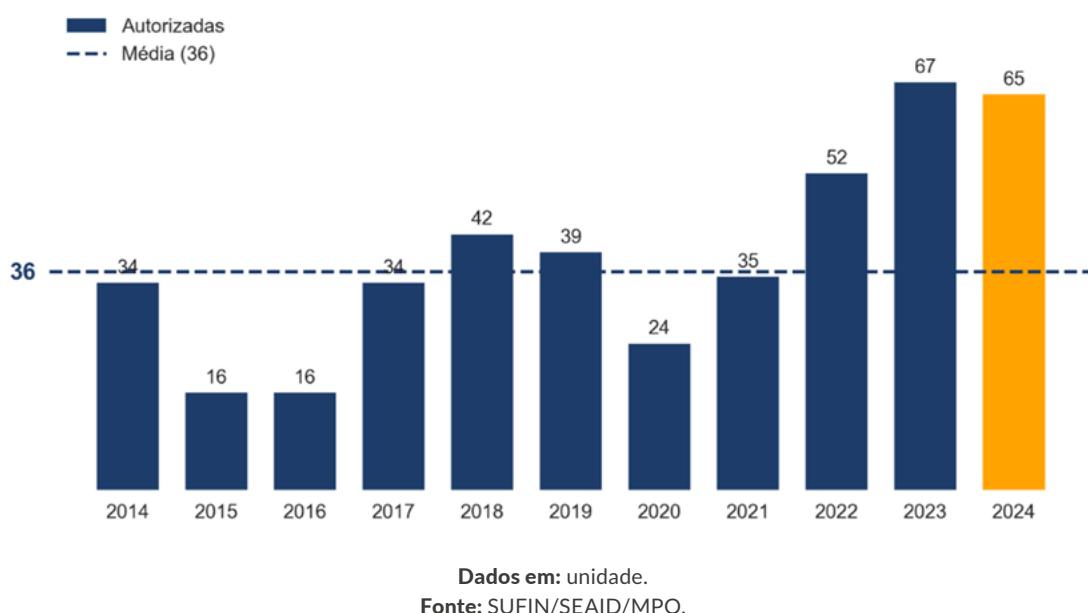
GRÁFICO 6 – Evolução do montante financeiro dos projetos autorizados pela Cofex, conforme a sua data de autorização



No ano de 2024, a Cofix autorizou um total de 65 pleitos de operação de crédito externo, consolidando-se como um dos períodos de maior volume de autorizações na série histórica analisada. Esse quantitativo, muito próximo aos 67 pleitos autorizados no ano de 2023, representa uma manutenção do crescimento médio (de 81,1% em relação à média histórica de 36 aprovações anuais). Ao longo do período de 2014 a 2024, observa-se uma trajetória de crescimento no número de autorizações concedidas, destacando-se os anos mais recentes como aqueles de maior concentração de pleitos autorizados.

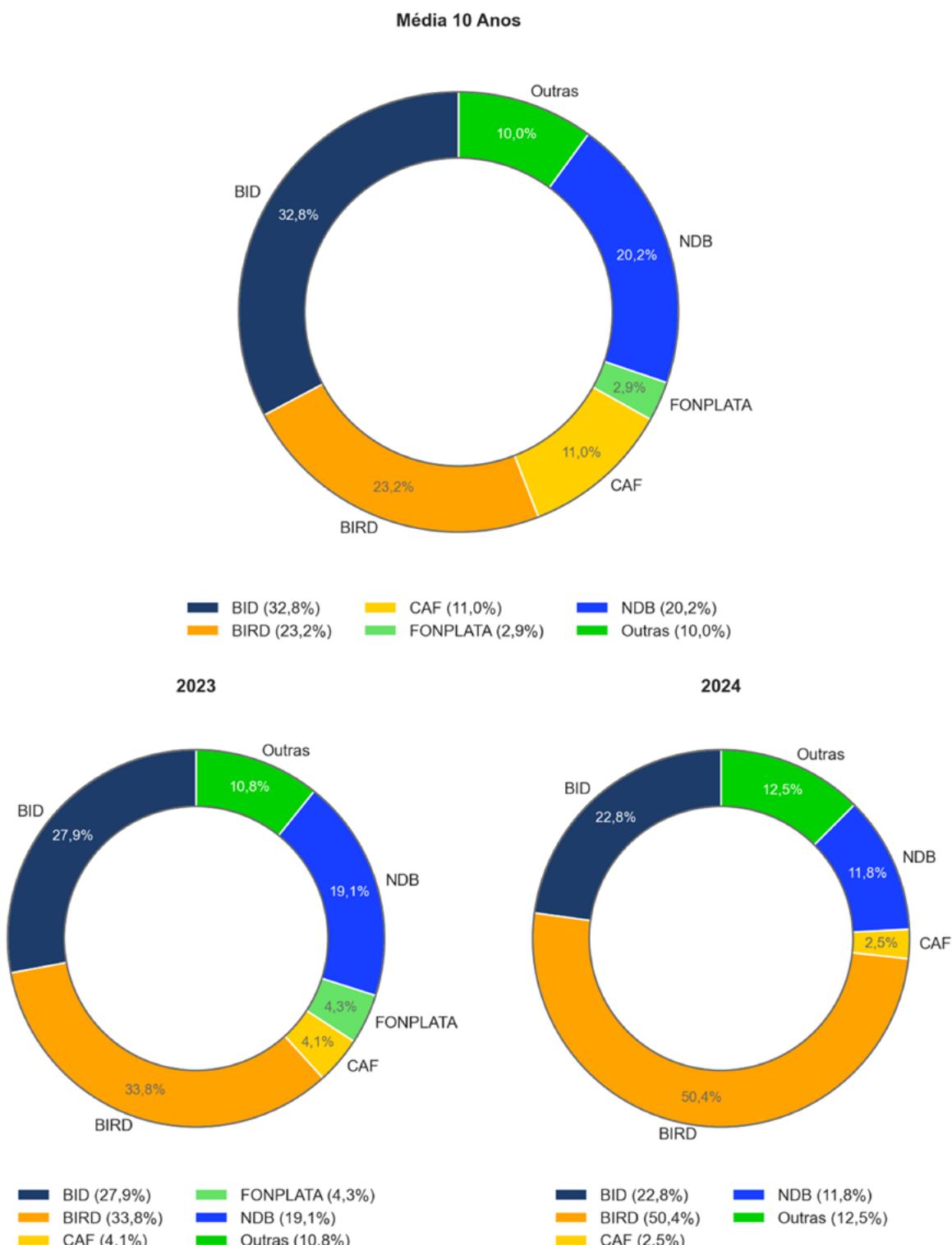
Esse cenário reflete tanto o aumento da demanda por operações de crédito externo quanto a aprimorada eficiência dos processos de avaliação e autorização conduzidos pela Cofix.

GRÁFICO 7 – Evolução do número de pleitos autorizados pela Cofix, conforme a data de autorização



Para uma compreensão mais aprofundada das tendências que sustentam essa trajetória de crescimento, realiza-se o exame detalhado de características específicas da distribuição dos financiamentos externos autorizados. No gráfico subsequente, observa-se tal distribuição segmentada por fonte de financiamento, evidenciando-se a predominância de determinados agentes financeiros no apoio a projetos autorizados pela Cofix. Nesse contexto, destacam-se o BID e o BIRD, que, de forma consistente, se posicionam como principais fontes contribuintes.

GRÁFICO 8 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por agente financeiro

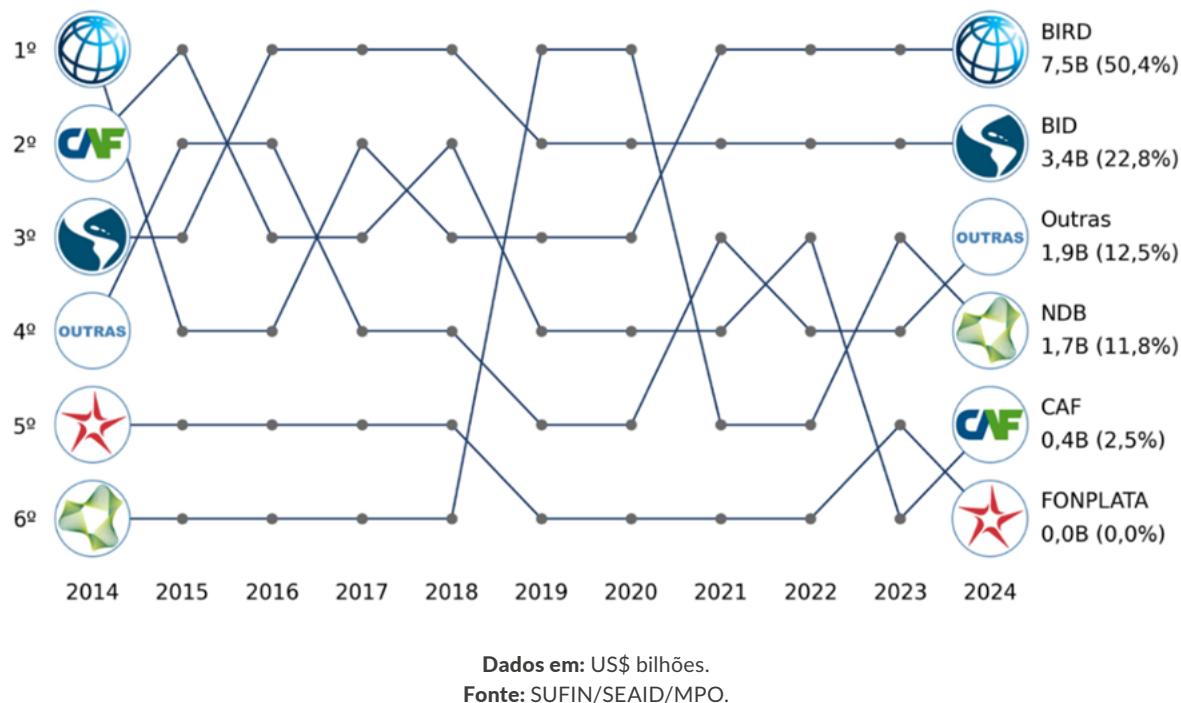


Dados em: Percentual dos valores totais de financiamentos autorizados.

Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

Para um maior detalhamento à análise das fontes de financiamento, o gráfico subsequente apresenta a classificação dos principais agentes financeiros, organizados em ordem decrescente de montante dos financiamentos externos autorizados ao longo dos últimos 10 anos.

GRÁFICO 9 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por agente financeiro



Em relação à distribuição dos financiamentos externos autorizados entre os entes federativos, conforme ilustrado no gráfico subsequente, observa-se que o ano de 2024 caracteriza-se por uma predominância da esfera federal, a qual representa 55,4% do total de recursos autorizados. Esta é seguida pela esfera estadual, com uma participação de 33,8%, e, subsequentemente, pela esfera municipal, que responde por 10,8% dos recursos totais.

GRÁFICO 10 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados entre entes federativos, conforme a sua data de autorização

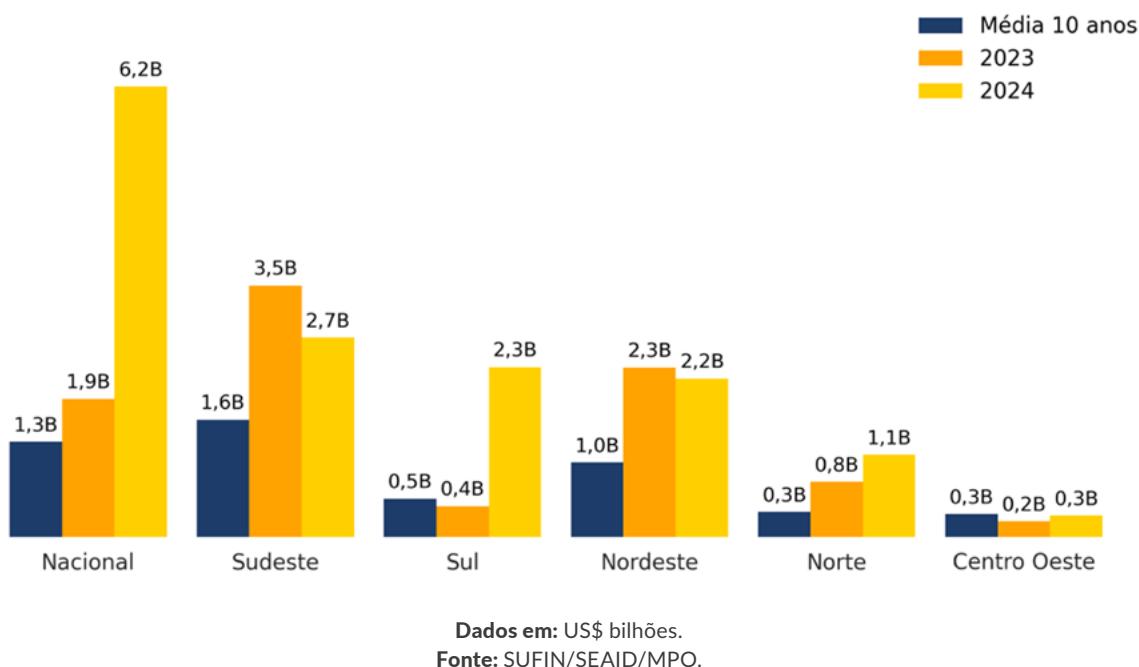


Dados em: Percentual dos valores totais de financiamentos autorizados.

Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

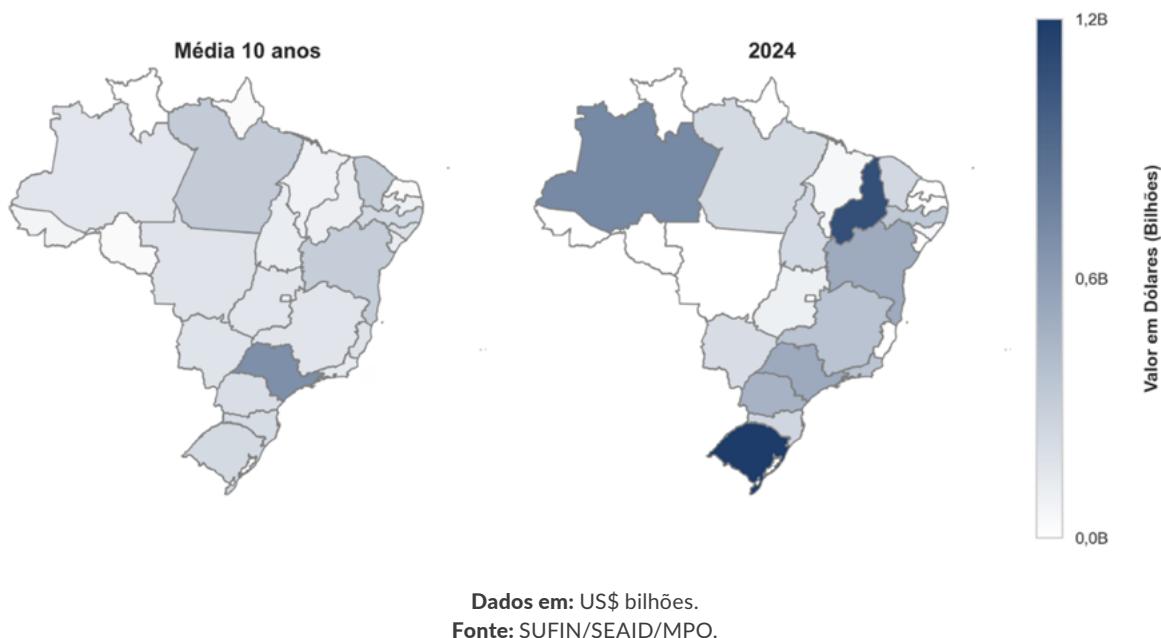
Explorando os aspectos geográficos dos pleitos autorizados pela Cofiex, o gráfico subsequente ilustra a distribuição dos financiamentos externos autorizados entre as diversas regiões do país. Em âmbito nacional, o valor total autorizado pela Cofiex em 2024 alcançou US\$ 6,2 bilhões, correspondendo a 41,7% do total financeiro do ano. Em termos de alocação regional, as regiões ordenadas pelo montante recebido são as seguintes: Sudeste, US\$ 2,7 bilhões (18,4%); Sul, US\$ 2,3 bilhões (15,7%); Nordeste, US\$ 2,2 bilhões (14,6%); Norte, US\$ 1,1 bilhão (7,6%); Centro Oeste, US\$ 0,3 bilhão (1,9%).

GRÁFICO 11 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados entre regiões



O gráfico subsequente ilustra a distribuição dos financiamentos externos autorizados entre as unidades federativas do Brasil, excluindo-se os de abrangência federal. A análise compara a média de autorização de recursos dos últimos 10 anos com o montante autorizado especificamente para o ano de 2024. Constata-se que, nesse ano, a concentração de recursos foi significativamente mais acentuada em algumas unidades federativas, com especial destaque para o Estado de Rio Grande do Sul (RS), pertencente à região Sul do Brasil, que registrou o maior volume autorizado, alcançando a expressiva cifra de US\$ 1,2 bilhão, correspondendo a 17,3% do total financeiro do ano. O elevado montante direcionado a esse estado decorre diretamente da publicação da Resolução Cofex nº 26, de 6 de junho de 2024, a qual priorizou a aprovação de financiamentos externos destinados ao enfrentamento das consequências dos eventos climáticos que resultaram na declaração de estado de calamidade pública na região. As unidades federativas ordenadas pelo volume financeiro autorizado em 2024 são as seguintes: Piauí (PI), com US\$ 1,0 bilhão (15,5%); Amazonas (AM), com US\$ 0,7 bilhão (10,4%); São Paulo (SP), com US\$ 0,5 bilhão (7,5%); Bahia (BA), com US\$ 0,5 bilhão (7,4%); Paraná (PR), com US\$ 0,4 bilhão (6,7%); Minas Gerais (MG), com US\$ 0,4 bilhão (5,4%); Rio De Janeiro (RJ), com US\$ 0,4 bilhão (5,3%); Pernambuco (PE), com US\$ 0,3 bilhão (4,9%); Santa Catarina (SC), com US\$ 0,2 bilhão (3,6%); Ceará (CE), com US\$ 0,2 bilhão (3,5%); Pará (PA), com US\$ 0,2 bilhão (3,3%); Tocantins (TO), com US\$ 0,2 bilhão (3,3%); Mato Grosso Do Sul (MS), com US\$ 0,2 bilhão (3,0%); Goiás (GO), com US\$ 0,1 bilhão (1,4%); Maranhão (MA), com US\$ 0,1 bilhão (0,8%); e Alagoas (AL), com US\$ 0,0 bilhão (0,7%).

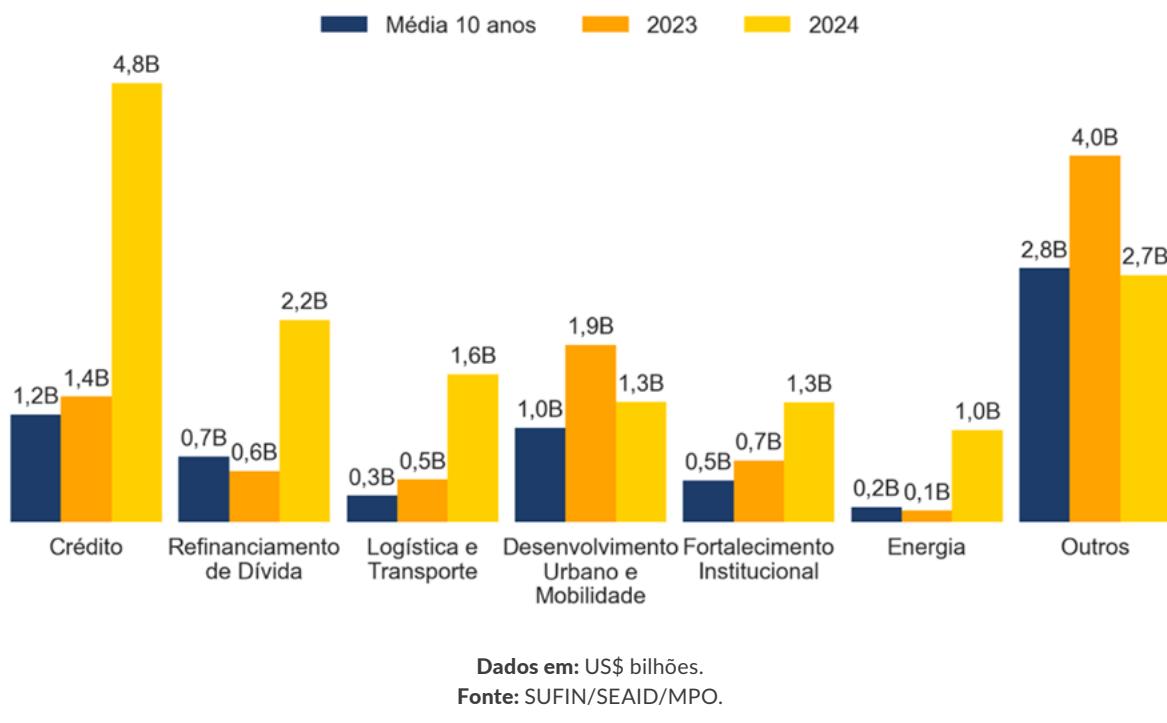
GRÁFICO 12 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados entre unidades federativas, conforme a data de autorização



Por conseguinte, apresenta-se, no gráfico subsequente, a análise da distribuição dos financiamentos externos autorizados por setor. Observa-se que o setor que mais captou recursos em 2024 corresponde ao setor de Crédito, com um montante de US\$ 4,8 bilhões, representando 32,1% do total de recursos autorizados no ano. Cumpre salientar que o setor de Crédito abrange as instituições responsáveis pela captação de empréstimos, incluindo bancos de desenvolvimento de âmbito nacional e regional, bem como agências de fomento, sendo os recursos, em etapa subsequente, alocados de forma estratégica a setores prioritários, tais como saúde, educação, infraestrutura, apoio ao desenvolvimento do setor privado, iniciativas voltadas ao meio ambiente, dentre outras áreas de relevância.

A ordenação dos setores, de acordo com o montante de recursos recebidos em 2024, é apresentada a seguir: Refinanciamento de Dívida, com US\$ 2,2 bilhões (14,8%); Logística e Transporte, com US\$ 1,6 bilhão (10,8%); Desenvolvimento Urbano e Mobilidade, com US\$ 1,3 bilhão (8,8%); Fortalecimento Institucional, com US\$ 1,3 bilhão (8,8%); Energia, com US\$ 1,0 bilhão (6,7%); Meio Ambiente, com US\$ 0,8 bilhão (5,3%); Saneamento Básico, com US\$ 0,7 bilhão (4,4%); P&D e Inovação, com US\$ 0,5 bilhão (3,6%); Desenvolvimento Social, com US\$ 0,3 bilhão (2,1%); Saneamento Ambiental, com US\$ 0,2 bilhão (1,3%); Agricultura, com US\$ 0,1 bilhão (0,7%); Segurança Pública, com US\$ 0,1 bilhão (0,7%).

GRÁFICO 13 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por setor



4.5 Negociações Contratuais

A SEAID coordena o processo de negociação contratual entre o agente financeiro externo e o proponente do programa ou projeto cuja preparação foi autorizada pela Cofex, conforme estabelecido pelo Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017 (art. 4º, § 1º).

Uma vez concluídas, as minutas contratuais são submetidas à Secretaria para o processo de negociação. O intervalo médio entre a autorização da Cofex e o início do processo de negociação pela SEAID tem variado de seis meses a um ano, período durante o qual o projeto ou programa é preparado pelo proponente e instituição.

A negociação, conduzida pela SEAID, envolve duas etapas fundamentais:

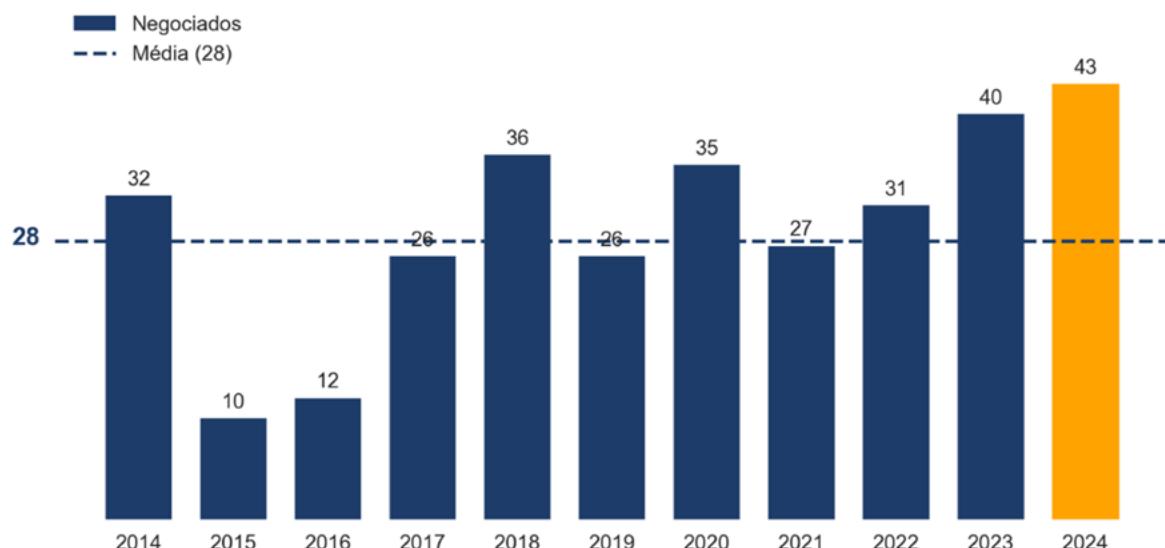
- **Reunião Preparatória (“pré-negociação”):** Na “pré-negociação”, participam representantes do proponente e do governo federal, incluindo SEAID, PGFN e STN. Essa reunião visa alinhar questões prévias, preparando as partes para a reunião de negociação propriamente dita.

- **Reunião de Negociação:** A reunião de negociação, que conta com a participação do agente financeiro externo, é o palco principal em que são discutidas e acordadas as dúvidas e possíveis inadequações contratuais. Esse processo é essencial para assegurar a efetividade e alinhamento entre as partes envolvidas. Ao longo desse processo, a SEAID conta com a colaboração da STN, que realiza uma análise detalhada das cláusulas financeiras do contrato, e da PGFN, que se concentra na avaliação dos aspectos jurídicos e na verificação da legalidade do contrato.

A colaboração contínua entre essas secretarias ao longo das negociações propicia uma abordagem integrada, abrangendo tanto os aspectos financeiros quanto os jurídicos do contrato. O principal objetivo é garantir que o contrato de financiamento externo seja não apenas robusto e legalmente sólido, mas também esteja alinhado com os critérios de sustentabilidade financeira, responsabilidade ambiental, inovação e inclusão social, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 1, de 2024.

A análise da quantidade de negociações realizadas no período compreendido entre 2014 e 2024 evidencia que, após um declínio significativo registrado em 2015, observou-se uma recuperação gradual das atividades, culminando em 2024, ano em que foram contabilizadas 43 negociações. Esse resultado reflete uma variação positiva em relação ao ano imediatamente anterior, 2023, no qual foram registradas 40 negociações. Tal desempenho não apenas sinaliza uma recuperação consistente após períodos de retração, mas também revela uma dinâmica ascendente e promissora, reforçando perspectivas otimistas para a evolução das atividades de negociação nos períodos subsequentes.

GRÁFICO 14 – Evolução do número de negociações de contratos



Dados em: unidade.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

No exercício de 2024, especificamente, as 43 negociações contratuais realizadas com 9 bancos e agências de desenvolvimento resultaram em uma expressiva soma de empréstimos internacionais, totalizando o montante de US\$ 4,8 bilhões. Cumpre destacar que o valor médio por contrato alcançou a significativa cifra de US\$ 111,0 milhões, evidenciando a relevância financeira das operações realizadas. A tabela apresentada a seguir discrimina as negociações contratuais de 2024, organizando-as conforme as respectivas fontes de financiamento.

TABELA 2 – Negociações contratuais em 2024 por fontes de financiamento

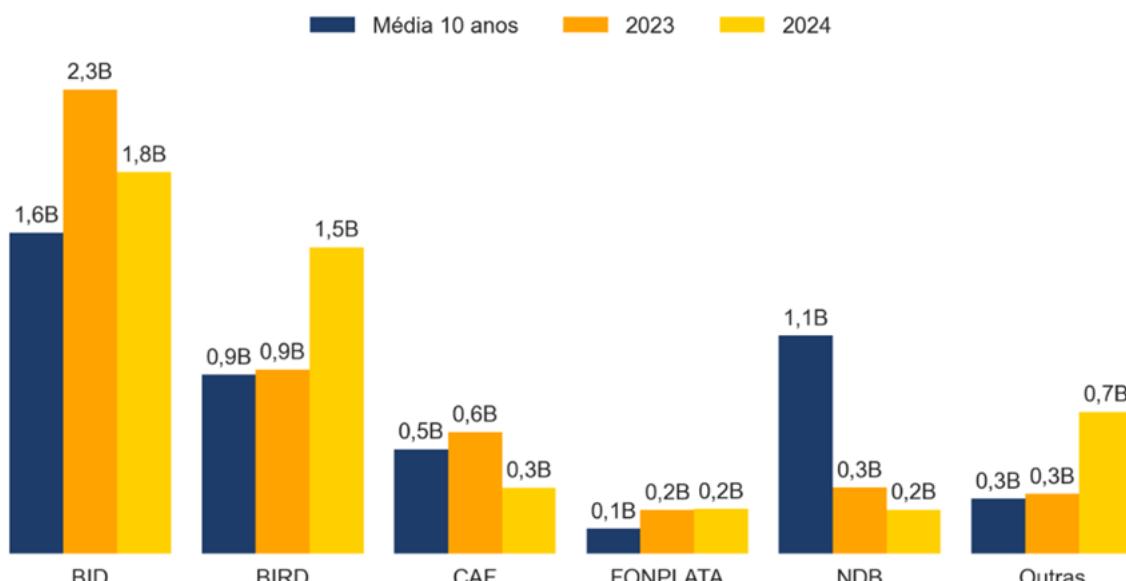
Fonte	Número de Negociações	Valor de Empréstimo Negociado	Valor Médio por Contrato
BID	13	1.849,8	142,3
BIRD	9	1.485,3	165,0
CAF	4	319,0	79,8
JICA	1	273,9	273,9
FONPLATA	5	217,0	43,4
NDB	3	212,5	70,8
AFD	2	192,5	96,2
KfW	2	150,0	75,0
FIDA	4	71,5	17,9
Total	43	4.771,5	964,3

Dados em: unidade e US\$ milhões.

Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

A segmentação das negociações por valor e por fonte de financiamento encontra-se apresentada no gráfico subsequente, evidenciando a predominância de determinados agentes financeiros no suporte a projetos negociados ao longo do período analisado (2014-2024). Nesse contexto, destacam-se, de maneira consistente, o BID e o BIRD, que se consolidam como as principais fontes contribuintes.

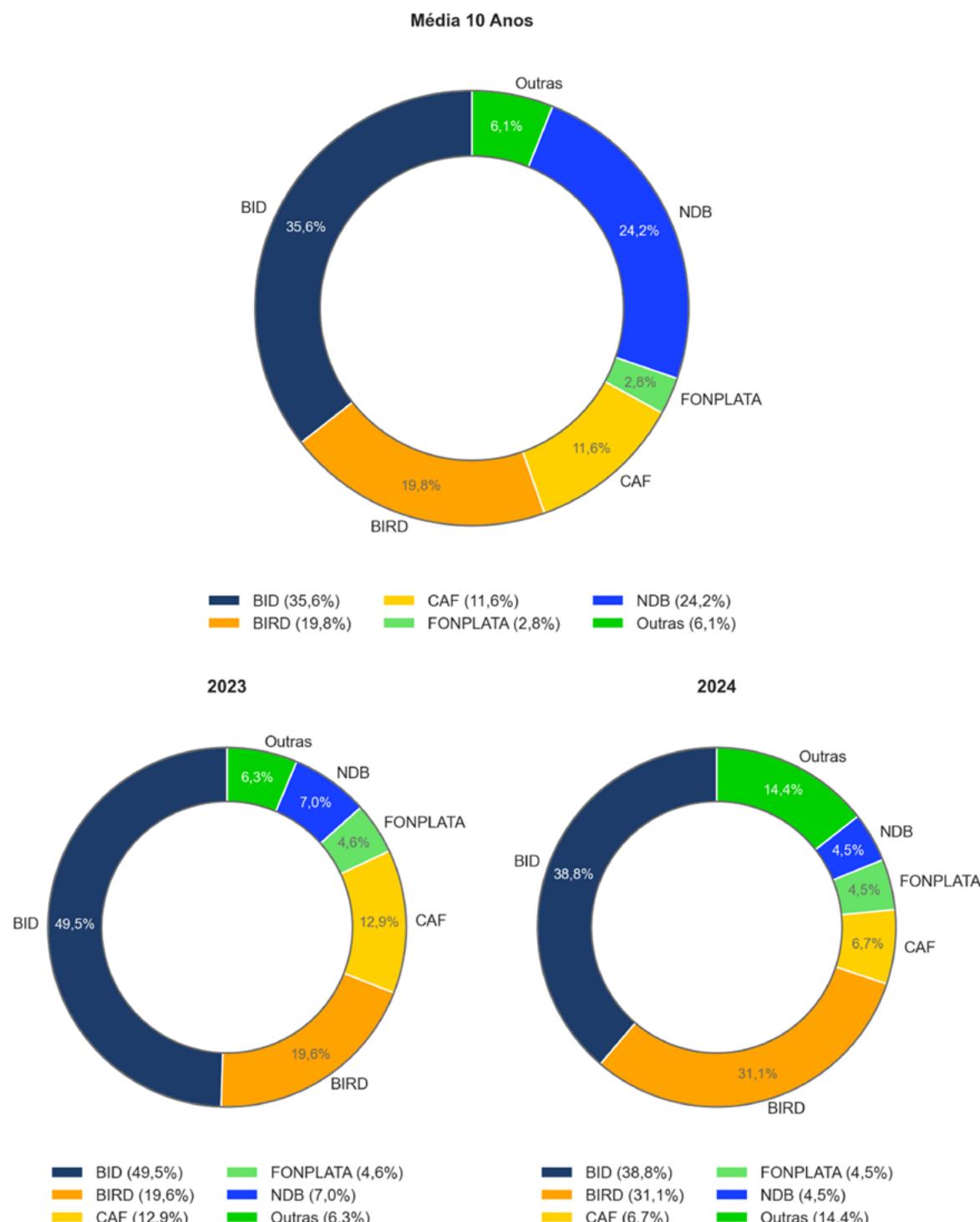
GRÁFICO 15 – Comparativo entre média de 10 anos, 2023 e 2024, dos financiamentos externos negociados por fonte de financiamento



Dados em: US\$ bilhões.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

Com o objetivo de proporcionar um maior nível de detalhamento à análise das fontes de financiamento no contexto dos projetos negociados, o gráfico subsequente ilustra o percentual de contribuição de cada fonte em relação ao total, considerando os três cenários estabelecidos (média dos últimos 10 dez anos, o exercício de 2023 e o de 2024):

**GRÁFICO 16 – Distribuição de financiamentos externos
negociados por agente financeiro**



Dados em: percentual dos valores totais de financiamentos negociados.

Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.6 Projetos em Curso

Nesta seção, apresentam-se as informações referentes à carteira ativa vigente de projetos em execução, às alterações contratuais e às revisões de carteira de projetos realizadas.

4.6.1 Aditivos Contratuais

Por intermédio do Grupo Técnico permanente (GTEC), a Cofex procede à análise e avaliação de solicitações de alterações contratuais relativas a projetos e programas em andamento, abrangendo modificações técnicas, prorrogações de prazos de desembolso e cancelamentos de recursos. No exercício de 2024, foram realizadas 9 reuniões “GTEC-Execução”, nas quais foram avaliados 48 projetos para fins de alteração contratual, conforme detalhado na tabela a seguir:

TABELA 3 – Número de projetos submetidos ao GTEC-Execução por fontes de financiamento

Fonte	Média 10 anos	2023	2024
BID	32	20	19
BIRD	15	7	9
CAF	6	18	8
FONPLATA	2	4	3
JICA	2	4	1
FIDA	3	2	1
Outras	21	7	7
Total	81	62	48

Dados em: unidade.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.6.2 Revisões de Carteira

As revisões de carteira de projetos em andamento constituem reuniões organizadas pelos bancos e agências internacionais de desenvolvimento, contando com a participação de membros da Cofex, notadamente da SEAID, e dos mutuários. O objetivo central dessas reuniões é realizar uma avaliação da carteira de projetos em execução. Durante tais encontros, discute-se o desempenho dos projetos em curso, com a identificação de entraves e a proposição de soluções que promovam melhorias. Essas revisões configuram uma etapa fundamental tanto para o aprimoramento contínuo das carteiras de projetos em execução, quanto para a disseminação de conhecimento acerca de boas práticas, as quais enriquecem e orientam o processo de concepção e de preparação de novos projetos.

No ano de 2024, foram realizados cinco eventos de revisão de carteira, nos quais foram avaliados 93 projetos, conforme detalhado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 17 – Número de revisões de projetos em carteira em 2024 por agente financeiro



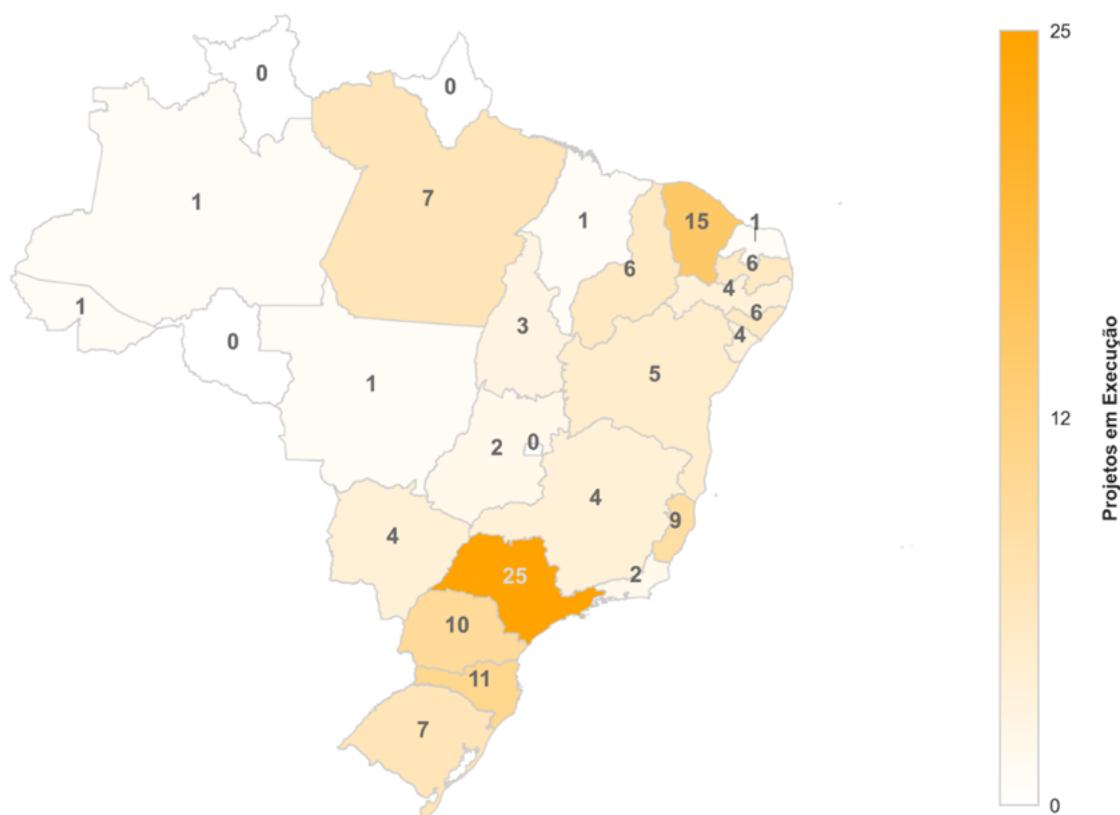
Dados em: unidade.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

4.6.3 Projetos em Execução

No exercício correspondente ao ano de 2024, registrou-se um total de 146 projetos em fase de execução, distribuídos entre distintos setores estratégicos, a saber: Crédito; Energia; Saneamento Básico; Fortalecimento Institucional; Agricultura; Desenvolvimento Social; Logística e Transporte; Refinanciamento de Dívida; Desenvolvimento Urbano e Mobilidade; Segurança Pública; e Meio Ambiente. Dentre o conjunto de iniciativas, 11 projetos estão vinculados ao âmbito federal, enquanto 135 abarcam os demais entes federativos. Nesse

contexto, merecem destaque os Estados de São Paulo, Ceará, e Santa Catarina, que apresentam a maior concentração de projetos em execução, com 25, 15, e 11 iniciativas, respectivamente. Tais projetos correspondem a montantes de investimento estimados em US\$ 3,3 bilhões; US\$ 1,2 bilhão; e US\$ 0,9 bilhão, evidenciando a relevância desses entes federativos no desenvolvimento de ações estratégicas de impacto regional e nacional.

**GRÁFICO 18 – Projetos de abrangência estadual ou municipal
em fase de execução por unidade federativa**

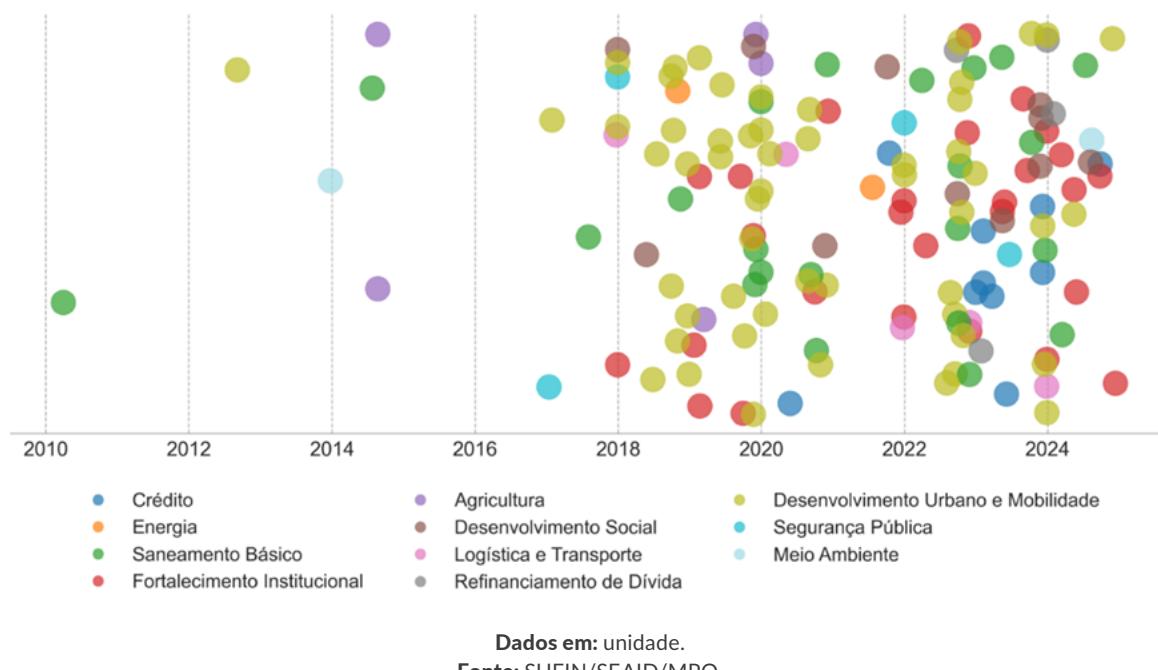


Dados em: unidade.
Fonte: SUFIN/SEAID/MPO.

As datas de assinatura dos contratos que compõem o conjunto de projetos atualmente em execução encontram-se expostas no gráfico subsequente. Constatase que tais contratos foram formalizados a partir do ano de 2010, sendo o mais antigo, ainda em vigor, datado de 31 de março de 2010, enquanto o mais recente foi firmado em 12 de dezembro de 2024. No que tange à distribuição setorial do referido conjunto, constata-se que 37,0% dos projetos em fase de execução estão alocados no setor de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade, seguido por 18,5% no de Fortalecimento Institucional, 15,1% no de Saneamento Básico, 7,5% no de Desenvolvimento Social, e 6,8% no de Crédito. Esses setores, em conjunto,

representam os principais eixos da carteira de projetos em execução, demonstrando sua centralidade no planejamento estratégico e no atendimento às demandas prioritárias.

GRÁFICO 19 – Data de assinatura dos projetos atualmente em fase de execução



4.7 Iniciativas Transformadoras

Com o propósito de ilustrar as ações realizadas e resultados obtidos em 2024, apresentam-se nesta seção iniciativas transformadoras presentes em programas e projetos financiados por agentes financeiros externos, cuja execução foi concluída em 2024 (ou com previsão de conclusão em 2025 ou 2026).

Após consulta realizada pela SEAID, agentes externos financiadores indicaram oito ações que apresentaram impactos relevantes e perceptíveis em temáticas como conservação da biodiversidade, recuperação ambiental, drenagem, habitação, mobilidade urbana, saneamento, inclusão de gênero, segurança alimentar e nutricional, educação infantil e ensino fundamental e avaliação de projetos.

As iniciativas apresentaram considerável diversidade regional, integrando programas e projetos executados em quatro das cinco regiões do Brasil, sendo a maioria no Nordeste (3), seguido por Norte (2), Sul (2) e Sudeste (1).

Os impactos das ações foram percebidos na forma de reabilitação de espaços públicos, ganho de tempo em deslocamentos, fortalecimento da resiliência contra riscos de desastres climáticos, redução de perdas de água, empoderamento feminino, ampliação da cobertura escolar, redução da fome e da pobreza, aprimoramentos na geração de recomendações visando melhorias na qualidade das operações de agentes financeiros no Brasil e outros. Ao promover resiliência urbana, sustentabilidade ambiental e inclusão socioeconômica, as iniciativas contribuem significativamente para a melhoria de vida da população beneficiária. A seguir, apresentam-se as oito iniciativas transformadoras indicadas.

4.7.1 Parque Raquel de Queiroz – Projeto Fortaleza Cidade Sustentável

MUTUÁRIO

Município de Fortaleza – CE.

AGENTE EXTERNO

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial – BIRD).

OBJETIVOS

Fortalecer a capacidade do Município de Fortaleza para o planejamento do uso do solo e para a implementação de políticas urbanas e ambientais. Melhorar o ambiente urbano e reabilitar espaços públicos, por meio de intervenções na Bacia da Vertente Marítima – implantação de parque linear com soluções baseadas na natureza.

DESCRIÇÃO

O Parque Raquel de Queiroz, situado em uma área de 91.000 m² na zona oeste de Fortaleza, transformou uma região anteriormente degradada em um espaço comunitário. Antes marcada por acúmulo de lixo, esgoto irregular e frequentes alagamentos devido à impermeabilização do solo, a área agora integra uma série de lagoas e áreas verdes, planejadas para servir como sistema de drenagem e tratamento natural da água. Trata-se do segundo maior parque da cidade de Fortaleza, com 10 km de extensão.

O Projeto estruturou-se em torno dessas lagoas, no trecho 6, que, além do valor paisagístico, auxiliam no controle de enchentes e na purificação do rio Cachoeirinha, utilizando técnicas de fito remediação. Infraestruturas para atividades recreativas, como quadras,

playgrounds, ciclovias, pistas de caminhada e espaços de lazer, também foram implementadas, promovendo maior integração social.

Hoje, o Parque beneficia moradores de oito bairros, que utilizam o espaço para atividades físicas, lazer, piqueniques e até como passagem para seus trajetos diários. Esse Projeto mostra o impacto positivo de intervenções estratégicas na vida urbana, incentivando a comunidade a valorizar e cuidar do ambiente ao seu redor. O valor do investimento foi de R\$ 36.094.842,36. A data de encerramento do Projeto será 31/03/2025.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Contribuiu para melhora da balneabilidade da orla;
- Plantio de árvores nativas;
- Abordagem participativa e comunitária no desenho, implementação e gestão das soluções: espaços para uso comunitário;
- Gestão de riscos ambientais e sociais: presença da equipe social do Projeto junto aos empreiteiros, transferência de conhecimento para as empreiteiras sobre requerimentos de gestão social e ambiental;
- População beneficiada: 136.749 pessoas.

FIGURA 3 – Parque Raquel de Queiroz



Fonte: BIRD.

4.7.2 Programa Itajaí 2040: Moderna e Sustentável

MUTUÁRIO

Município de Itajaí – SC.

AGENTE EXTERNO

Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

OBJETIVOS

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população itajaiense, por meio de investimentos integrados as demais iniciativas do Município, em mobilidade urbana, drenagem e prevenção de inundações e implantação de espaços de lazer.

DESCRIÇÃO

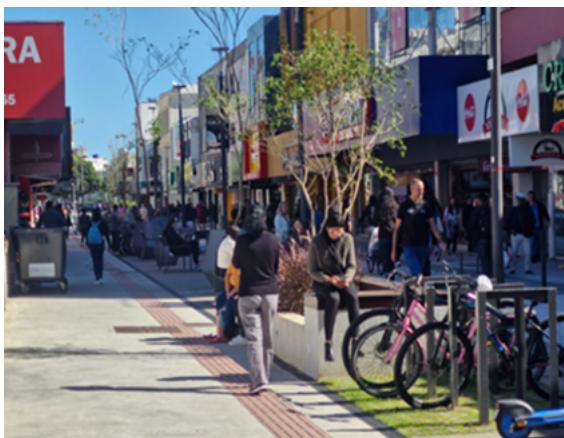
O programa teve o contrato assinado em 30/10/2018, tendo a vigência atual até 30/04/2026. No total serão 31 intervenções urbanas, incluindo abertura ou prolongamento de ruas, execução de micro e macrodrenagem, construção de pontes reurbanização de ruas, construção e reurbanização de espaços urbanos de convivência e lazer. Desses 31 intervenções, 25 foram entregues e seis estão em execução.

O valor total financiado é de US\$ 62.500.000,00 (sessenta e dois milhões e quinhentos mil dólares americanos) e o valor da contrapartida do Município, em desapropriações e outros investimentos, já ultrapassa de US\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de dólares americanos).

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Itajaí é uma cidade polo regional, tendo a população estimada pelo IBGE, para o ano de 2024, de 287.289 habitantes. Como as intervenções do programa são distribuídas por toda a cidade, estima-se que 100% da população seja beneficiada com o resultado das intervenções do programa;
- Os benefícios à população são diversos, sendo os mais evidentes, geração de emprego e renda, desenvolvimento econômico, ganho de tempo nos deslocamentos, economia de combustíveis, redução na emissão de poluentes na atmosfera e melhoria na qualidade de vida da população.

FIGURA 4 – Revitalização da Rua Hercílio Luz e construção da praça dos Correios



Fonte: FONPLATA.

FIGURA 5 – Ponte de ligação entre os bairros São Judas e Cidade Nova



Fonte: FONPLATA.

4.7.3 Costurando o Futuro – Programa Fortaleza Cidade com Futuro

MUTUÁRIO

Município de Fortaleza – CE.

AGENTE EXTERNO

Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

OBJETIVOS

Capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade social para atuarem na área de costura e moda sustentável, promovendo geração de renda, autonomia, empoderamento feminino e desenvolvimento comunitário, além de contribuir para prevenção e redução da violência doméstica.

DESCRIÇÃO

Problema: A cidade de Fortaleza enfrenta desafios relacionados ao desemprego e à falta de oportunidades para mulheres em situação de vulnerabilidade social, muitas delas chefes de família. A falta de acesso à qualificação profissional dificulta a inserção delas no mercado de trabalho formal.

Solução: “Costurando o Futuro” oferece capacitação gratuita em costura, modelagem e design sustentável, com foco em práticas de moda ecológica e consciente. A formação também inclui oficinas sobre empreendedorismo, permitindo que as participantes desenvolvam suas próprias fontes de renda em locais seguros, climatizados e adequados, com equipamentos novos e modernos.

AÇÕES REALIZADAS

- Implantação e operação de 14 ateliês fixos, nos bairros mais vulneráveis de Fortaleza;
- Realização de cursos e oficinas de costura e modelagem;
- Capacitação em moda sustentável, aproveitando materiais recicláveis;
- Oficinas de empreendedorismo e finanças pessoais para fomentar a autonomia financeira;
- Realização de mais de 100 Feiras entre 2023/2024, das quais se destacam as Feiras Criativas e Feira Auê, em Fortaleza; e
- Exposição dos produtos na Feirinha da Beira-Mar em um box exclusivo do Projeto.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Mais de 700 pessoas capacitadas em habilidades de costura e moda sustentável;
- Formalização de 922 pessoas (microempreendedores individuais, pequenas empresas);
- Criação de uma rede colaborativa de produção e vendas;
- Comercialização de produtos, totalizando mais de R\$ 60 mil;
- Redução de 2 toneladas de resíduos têxteis através da reutilização e reciclagem de materiais; e
- Melhorias significativas na qualidade de vida das participantes e aumento da renda familiar.

FIGURA 6 – Costurando o Futuro



Fonte: CAF.

4.7.4 Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética

MUTUÁRIO

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

AGENTE EXTERNO

Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

OBJETIVOS

Redução de perdas de água não faturada para o uso eficiente dos recursos hídricos existentes através da substituição de ramais e tubos de rede, instalação de válvulas redutoras de pressão e aquisição de equipamentos de controle de perdas.

DESCRÍÇÃO

Problema: O Estado de São Paulo é o mais populoso do Brasil. Embora a rede de abastecimento de água potável atinja quase 100% do estado, o índice de perdas de água (água não faturada) chegava a 40%. As principais causas desse elevado índice são vazamentos nas redes de distribuição, mau funcionamento de hidrômetros, fraudes e ligações clandestinas. Em vista dessa situação, foi realizada entre os anos de 2006 e 2010 a cooperação técnica entre a Sabesp e a JICA (Projeto de Cooperação em Redução de Perdas de Água - Projeto EFICAZ).

Solução: Naquele Projeto, foram realizadas capacitações em gestão de água por meio de treinamento dos profissionais da Sabesp, tanto no Japão quanto no Brasil, além da implementação das ações de redução de perdas nas áreas piloto selecionadas. Como resultado, a SABESP estruturou seu próprio treinamento utilizando as técnicas adquiridas nessa cooperação, expandindo e incorporando esse know-how dentro e fora da SABESP.

Em 2008, a Sabesp elaborou o “Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética”, que abrange um período de 15 anos (2009-2023). Para esse programa, foi solicitado financiamento à JICA e assinado o contrato em 2012 no valor de JPY 33,584,000,000 (US\$ 440 milhões na época). O Programa aqui apresentado constitui uma parte essencial desse Programa Corporativo.

AÇÕES REALIZADAS

- Substituições de ligações domiciliares;
- Pesquisas de vazamentos não visíveis;
- Reparo das redes de distribuição de água; setorização (implantação de zonas de controle de pressão);
- Instalação de válvulas redutoras de pressão (VRPs) e de distritos de medição e controle (DMCs);
- Substituição de hidrômetros de grande e pequena capacidade;
- Inspeção em ligações inativas e irregulares;
- Atualização do cadastro de ligações de água;
- Instalação de unidades de medição de água (UMA);
- Instalação e adequação de macro medidores;
- Ações de conscientização à população sobre o uso racional da água.

Além das ações diretas do Programa, a Sabesp também realizou, no âmbito da cooperação trilateral em parceria com a JICA e com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), duas edições do Curso Internacional em Boas Práticas Operacionais para Prevenção, Redução e Controle de Perdas em Sistemas de Distribuição de Água, para disseminar o know-how

adquirido para os países da América Latina e da África de Língua Oficial Portuguesa. A primeira edição foi realizada de 2010 a 2014, com países convidados da América Latina e Caribe e africanos de língua oficial portuguesa. A segunda edição, realizada de 2019 a 2023, contou com os seguintes países convidados: Angola, Colômbia, Costa Rica, Equador, Moçambique e Panamá.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Com a implantação das ações mencionadas acima, o índice de perdas de água no Estado reduziu para de 319 l/lig^{*}dia em 2014 para 260 l/lig^{*}dia em 2023; e
- O combate às perdas de água contribuiu para segurança hídrica do Estado, contribuindo diretamente para a disponibilidade de água para a população sem a necessidade de captação em novos mananciais.

FIGURA 7 – Missão da JICA: pesquisa de vazamento



Fonte: JICA.

FIGURA 8 – Obras de substituição de redes



Fonte: JICA.

4.7.5 Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) – Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) associada a concessão do Fomento Rural Produtivo

MUTUÁRIO

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

AGENTE EXTERNO

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

OBJETIVOS

Contribuir para a redução da fome, da pobreza e das desigualdades sociais no Semiárido brasileiro, por meio do fornecimento de ATER, articulado com às políticas públicas destinadas ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, promovendo o acesso às iniciativas para a implementação da produção agroecológica, de inovações tecnológicas e de infraestruturas para o armazenamento de água produção.

DESCRIÇÃO

Problema: Insegurança alimentar e nutricional, pobreza e a desigualdade rural no Nordeste Semiárido.

Solução: O PDHC beneficiou famílias de agricultores rurais do Semiárido nordestino que estavam em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, financiando serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por meio da parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), aliados com a disponibilização de Fomento Produtivo Rural, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Em grande medida, as ações foram desenhadas para garantir à implementação de “Quintais Produtivos”, para a produção agroecológica de hortaliças, frutíferas entre outras culturas, além de permitir o melhoramento na criação de pequenos animais, como ovinos, caprinos e suínos.

Estas políticas apoiaram a implantação de atividades produtivas como estratégia de garantir uma melhor segurança alimentar, além de promover o excedente da produção agropecuária para permitir a comercialização e geração de renda para estas famílias.

AÇÕES REALIZADAS

- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) às famílias de agricultores familiares do semiárido brasileiro por uma média de dois anos;
- Promoção do acesso de 18.434 famílias ao Programa Fomento Rural.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Do universo de aproximadamente 57 mil famílias atendidas com ATER, 18.434 famílias foram beneficiadas com o Fomento Produtivo Rural. Cerca de R\$ 49,5 milhões foram investidos nos projetos produtivos.
- A avaliação de impacto comprovou que houve uma redução de 90% na pobreza extrema das famílias atendidas com ATER e Fomento Produtivo Rural.
- Na comparação efetuada pela avaliação de impacto entre as famílias que receberam ATER e Fomento Produtivo Rural (beneficiárias), com as que não receberam nenhuma das políticas (não beneficiárias), os principais resultados foram:
 - Aumento da renda agropecuária monetária em 48,29%;
 - Aumento da renda agropecuária de autoconsumo em 32,15%;
 - Aumento na produção animal em 61,50%;
 - Aumento na produção vegetal em 89,52%;
 - Aumento no número de suínos em 54,75%;
 - Aumento no número de aves em 70,65%.

FIGURAS 9 E 10 – Projeto Dom Helder Câmara



Fonte: FIDA.

4.7.6 Programa de Expansão e Melhoria da Educação da Rede Municipal em Manaus

MUTUÁRIO

Município de Manaus (AM).

AGENTE EXTERNO

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

OBJETIVOS

Expandir a cobertura e melhorar a qualidade da educação na Educação Infantil (EI) e no Ensino Fundamental (EF) da rede municipal de Manaus.

DESCRIÇÃO

Problemas:

- Infraestrutura e cobertura: Rede de ensino com Infraestrutura inadequada e baixa cobertura, especialmente na Educação Infantil (EI). Cerca de 32% das escolas eram alugadas, o que gerava altos custos e pouca qualidade nos ambientes. Além disso, a cobertura para crianças em idade de creche e pré-escola era insuficiente, com 6% para creches e 65% para pré-escolas, bem abaixo da meta do Plano Nacional de Educação.
- Qualidade dos serviços e desempenho dos alunos: Falta de programas eficazes para melhorar o desempenho escolar na Educação Fundamental (EF) e reduzir a alta reprovão. Embora houvesse iniciativas como “Voando Para o Sucesso” e “Tempo de Superação”, essas alcançavam uma pequena parcela dos alunos com atraso escolar. A formação dos professores também era limitada e pouco relacionada aos desafios do aprendizado. Na EI, havia falta de materiais e atividades adequadas, com dificuldades adicionais em formar e contratar profissionais qualificados.
- Gestão e monitoramento: Desafios da SEMED na gestão da rede, com pouca sistematização de dados sobre a qualidade dos serviços de EI e EF. A avaliação do desempenho dos alunos dependia de dados da Prova Brasil, que eram divulgados com atraso, dificultando a utilização para melhorias imediatas. Faltavam indicadores precisos para avaliar o progresso escolar e facilitar a tomada de decisões na secretaria e nas escolas.

Soluções:

- A resposta do programa a esses desafios incluiu a necessidade de expandir a cobertura educacional junto com o foco na qualidade e eficiência do sistema, visando criar trajetórias contínuas para o sucesso dos alunos ao longo de sua jornada escolar.

AÇÕES REALIZADAS

- Expandir a cobertura da Educação Infantil (EI) e do Ensino Fundamental (EF) ampliando e melhorando a infraestrutura escolar – disponibilizar 7 novas creches em funcionamento; e, por outro, construir 9 novos estabelecimentos educacionais, incluindo Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) em funcionamento.
- Melhorar o desempenho dos alunos da rede de EI e EF – melhoria da qualidade e desempenho de aprendizagem e gestão da rede com ações focadas em: i) aumentar para mais de 16.000 o número de alunos de EF participantes do programa de aceleração da aprendizagem; ii) expandir para cerca de 170 mil o número de alunos de EF atendidos pelo programa de reforço escolar; iii) ampliar para 65 mil (posteriormente estimado em mais de 200 mil) o número de alunos do EF1 no Programa de Gestão da Política de Alfabetização; iv) oferecer formação continuada a mais de 30 mil profissionais da educação; v) atender mais de 65 mil estudantes com o Programa de Combate à Infrequência Escolar.
- Fortalecer a capacidade da SEMED, por meio de: i) geração e entrega de relatórios de avaliação de desempenho dos diretores de escolas; ii) produção de relatórios de resultados do ADE (Avaliação do Desempenho Escolar) para escolas e docentes; iii) apoio à implementação das provas ADE, direcionadas a quase 1,3 milhão de alunos; e iv) implementação de um sistema de monitoramento da qualidade para mais de 600 centros de Educação Infantil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ao final do programa, foram alcançados importantes resultados para a educação infantil e o ensino fundamental:

- Cobertura Escolar: A taxa de cobertura aumentou de 25% para 35% na educação infantil e de 94% para 110% no ensino fundamental.
- Desempenho: Os alunos apresentaram melhora significativa nas avaliações: em português, as médias subiram de 32,9% para 52,12%, e em matemática, de 23,4% para 34,5%. A taxa de distorção idade-série foi reduzida de 20,7% para 10% em 2024.

- Infraestrutura e Matrículas: O programa permitiu a construção e funcionamento de sete novas creches e nove centros integrados de educação, abrangendo tanto o ensino infantil quanto o fundamental, resultando na matrícula de 1.600 novos alunos.
- Programas de Apoio e Formação:
 - Mais de 16 mil alunos do ensino fundamental no Programa de Correção de Fluxo;
 - 164 mil alunos em programas de reforço escolar;
 - 204 mil estudantes no Programa de Gestão da Política de Alfabetização;
 - Mais de 31 mil professores beneficiados com formação continuada;
 - 65 mil alunos atendidos pelo Programa de Combate à Infrequência Escolar.

**FIGURAS 11 E 12 – Programa de Expansão e Melhoria
da Educação da Rede Municipal em Manaus**



Fonte: BID.

4.7.7 Projeto Municípios Sustentáveis do Estado do Pará (PROSEP) – Avaliação independente conjunta NDB-CAF “em tempo real” do PROSEP

MUTUÁRIO

Estado do Pará.

AGENTES EXTERNOS

Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

OBJETIVOS

O objetivo geral da avaliação foi prestar contas e promover o aprendizado a partir dos resultados da operação. Mais especificamente, a iniciativa avaliou os resultados da operação, identificou achados e gerou recomendações para melhorar a qualidade das operações atuais e futuras do NDB no Brasil e em outros países. Um objetivo adicional dessa avaliação foi fornecer uma oportunidade para fortalecimento do diálogo e engajamento entre os cofinanciadores CAF e NDB.

DESCRIÇÃO

O Estado do Pará está localizado na região amazônica do Brasil e é atingido por fortes chuvas durante 6 meses do ano. No entanto, 80% das ruas do estado não são pavimentadas e apenas 33% das ruas possuem sistema de drenagem. Pavimentando, entre outras ações, 186 km de ruas urbanas (137 km financiados pelo NDB), o projeto visou resolver problemas decorrentes das fortes chuvas. Os benefícios esperados incluíram a redução das inundações e a diminuição dos custos de manutenção das ruas devido à instalação de sistemas de drenagem superficial e profunda ao longo das ruas, melhoria na saúde dos moradores devido à redução da poeira gerada por ruas não pavimentadas, bem como redução do esgoto a céu aberto que corria pelas ruas. Indiretamente, o projeto também visou contribuir para o desenvolvimento da economia local.

O PROSEP foi a primeira operação de financiamento externo do Brasil cofinanciada (CAF e NDB) e a primeira operação com garantia soberana do NDB no Brasil. A operação foi desenhada e iniciou sua implementação nos anos nascentes do Banco e antes da pandemia da COVID-19, tendo enfrentado vários desafios não previstos. Com o avanço da operação financiada pelo NDB (concluída em setembro de 2024, com mais de 95% de desembolso) uma

avaliação de meio-termo não seria adequada e aguardar a realização de todos os impactos não seria tempestivo para subsidiar a preparação de nova operação PROSEP II, recém-recomendada pela Cofex.

A avaliação de desempenho de projeto (PPEs) incluiu o trabalho de campo por uma equipe do Escritório de Avaliação Independente (IEO) do NDB, composta por especialistas técnicos e de avaliação, representantes do Governo Estadual e Municipais, Escritório Regional das Américas - ARO e CAF. Os principais objetivos do PPE são avaliar os resultados dos projetos financiados pelo NDB e gerar recomendações e lições para aprimorar a implementação de operações em andamento e o desenho de futuras operações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No geral, o Projeto Municípios Sustentáveis do Pará foi um projeto bem-sucedido que melhorou a infraestrutura urbana nos municípios selecionados do estado, alinhando-se com as prioridades de desenvolvimento local e nacional, bem como com os objetivos estratégicos mais amplos do NDB. Um fator chave para o sucesso do projeto foi o apoio do Escritório Regional das Américas (ARO) e do Escritório de Gerenciamento de Projetos (PMO) centralizado, que garantiu a entrega consistente do projeto, mesmo em tempos desafiadores.

Em particular, foi verificado o grande potencial de projeto “simples” de infraestrutura de pavimentação e drenagem, com devido apoio ao fortalecimento institucional na melhoria de condições de vida de habitantes e desenvolvimento de locais de baixo índice de desenvolvimento humano.

Entre os pontos a serem melhorados, a capacitação do PMO e das partes interessadas relevantes poderia ter sido aprimorada no início do projeto. Embora as aquisições e as questões ambientais, sociais e de governança (ESG) se baseiem em sistemas nacionais, teria sido benéfico para a execução do projeto um trabalho adicional relacionado com o reforço das capacidades e a assistência técnica, por exemplo, para desenvolver programas de formação adaptados às necessidades identificadas do projeto e às partes interessadas pertinentes. Estes e outros achados e lições serão importantes para o desenho e preparação de segunda operação seriada entre o NDB e o Estado do Pará.

O projeto em si, encontrados pela avaliação, traz várias lições replicáveis, entre elas:

- a execução centralizada e licitação centralizada, que beneficia municípios que não poderiam receber recursos de multilaterais e por meio da Cofex e facilita a gestão do projeto;
- utilização da unidade executora por múltiplos multilaterais;
- negociação e planejamento do projeto conjunto (na modalidade financiamento paralelo);

- a importância dos escritórios regionais para apoiar em todas as etapas do projeto;
- melhorar o desenho dos projetos e seus componentes;
- melhorar as iniciativas de capacitação e apoio, com melhorias para as comunidades locais e visando a sustentabilidade de longo prazo dos projetos.

Da iniciativa de avaliação pode-se replicar:

- avaliações que possam ser escaláveis, alinhadas com as práticas do país, nesse caso, projetos de desenvolvimento urbano;
- avaliações que tragam melhorias concretas para o futuro da organização e do país, alinhadas com a realidade local;
- avaliações rápidas e “em tempo real”, que possam identificar os desafios e propor soluções.

FIGURA 13 – Missão do escritório de Avaliação Independente (IED) para o Projeto



Fonte: NDB.

4.7.8 Projeto de Gestão de Risco Climático Bairro Novo do Caximba

MUTUÁRIO

Município de Curitiba – PR.

AGENTE EXTERNO

Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

OBJETIVOS

O projeto busca transformar as condições socioeconômicas e ambientais do bairro vulnerável de Caximba, em Curitiba. A iniciativa integra a recuperação da Área de Proteção Ambiental entre os rios Iguaçu e Barigui com a melhoria da qualidade de vida e moradia dos moradores.

DESCRIÇÃO

No Caximba, onde a vulnerabilidade socioeconômica e ambiental é agravada por riscos de inundações e degradação ecológica, o programa tem quatro prioridades principais:

- Preservar e valorizar a biodiversidade;
- Reduzir os riscos de desastres climáticos;
- Incluir socioeconomicamente as famílias vulneráveis;
- Melhorar a infraestrutura urbana com habitações dignas, serviços de qualidade e espaços socioesportivos acessíveis.

As ações do programa incluem a construção de bacias de retenção e barreiras contra enchentes, o realojamento digno de cerca de 1700 famílias da Vila 29 de Outubro, a criação de um parque linear, a pavimentação de ruas com ciclovias e a reforma de escolas, centros de saúde e assistência social. Também promove iniciativas sustentáveis, como reaproveitamento de materiais e incentivo à agricultura urbana, com enfoque na inclusão social e igualdade de gênero.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Participação comunitária desde 2017, com consultas públicas e plantões intensificados em 2018;

- Desocupação segura de áreas de preservação permanente, permitindo a recuperação ambiental das margens dos rios Barigui e Iguaçu e a implantação de um parque linear para conservação da biodiversidade;
- Criação do Escritório Local (ELO) em 2019, que atendeu 1.9 mil famílias só em 2022;
- Instalação de hortas urbanas, fortalecendo segurança alimentar e integração comunitária;
- Obras de casas iniciadas em 2022 com 60 moradias sustentáveis já entregues em 2024, com energia solar e reaproveitamento de água de chuva. No total, 1.693 famílias são atualmente contempladas pelo projeto;
- Outras obras de microdrenagem, pavimentação, e instalação de redes de água, esgoto e iluminação pública, melhorando a infraestrutura da região, estão em andamento;

O projeto segue em andamento com metas de: gerar 14 mil empregos (diretos, indiretos e induzidos), reassentar as famílias em moradias sustentáveis, aprimorar a integração do transporte público, construir um corredor ecológico e um parque linear, recuperar áreas de preservação e fortalecer a resiliência contra os riscos de inundações.

FIGURA 14 – Projeto de Gestão de Risco Climático Bairro Novo do Caximba



Fonte: AFD.

4.8 Integração Internacional

No âmbito internacional, a quitação das dívidas junto ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) possibilitou a aprovação de novos projetos em território brasileiro. Ao regulamentar a submissão de projetos do Brasil a serem financiados com recursos oriundos do referido Fundo, optou-se por priorizar os municípios situados na Faixa de Fronteira com os países integrantes do Mercosul, com a finalidade de alavancar o Brasil a um novo patamar de colaboração e de desenvolvimento regional.

Dentro desse contexto, a Cofex recebeu para análise um total de 26 pleitos, totalizando um montante financeiro demandado de US\$ 191,1 milhões. Em sua 173ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de abril de 2024, selecionou 8 propostas, respeitando o limite de valor disponível para o Brasil junto ao Fundo. A seleção dos projetos levou em consideração critérios como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região afetada, o potencial de redução das desigualdades regionais advindas da política pública apresentada e o papel dos projetos na integração física e social com os demais países do Mercosul.

Dentre os projetos selecionados, três estão localizados no Estado do Rio Grande do Sul, três no Mato Grosso do Sul e um no Acre. Além disso, foi selecionado um projeto submetido pelo Ministério dos Povos Indígenas, que abrangerá diversos estados da fronteira brasileira com os países vizinhos do Mercosul.

No Estado do Rio Grande do Sul, os projetos escolhidos visam atender a objetivos distintos: um parque tecnológico binacional em Santana do Livramento, a modernização dos laboratórios de defesa agropecuária no âmbito do Mercosul e a pavimentação da chamada “Via Transcampesina”, a qual facilitará a integração entre os municípios adjacentes à fronteira com o Uruguai.

No Mato Grosso do Sul, os projetos contemplam programas voltados à melhoria da infraestrutura urbana, do saneamento e da qualidade de vida nas cidades de Ponta Porã e Corumbá, que fazem fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Também inclui um projeto de contorno viário no município de Amambai, o qual facilitará o trânsito de mercadorias e de pessoas entre o Brasil e os demais países do Mercosul.

Na região amazônica, o Estado do Acre será beneficiado com recursos do Focem para a execução de um projeto de expansão das cadeias de suinocultura e avicultura na faixa de fronteira com a Bolívia. Por sua vez, um projeto liderado pelo Ministério dos Povos Indígenas atenderá centenas de aldeias localizadas na região de fronteira entre o Brasil e seus parceiros do Mercosul.

Esses avanços significativos contribuíram para fortalecer o comprometimento da Secretaria com a integração da América do Sul, demonstrando um comprometimento renovado em prol da eficiência, da transparência e da colaboração em seus esforços voltados para o fomento do desenvolvimento sustentável no país.

4.9 Próximos Passos

A partir de 2025, novos módulos do Portal de Financiamento Externo serão desenvolvidos, ampliando as funcionalidades para incluir a gestão de negociações e aditivos contratuais de financiamentos externos, a execução de programas ou projetos financiados com recursos externos e integrações com sistemas de outros órgãos que compõem a Cofex, fortalecendo, assim, a governança sobre os processos de financiamento externo.

A SEAID inicia o ano de 2025 com projeções positivas, fruto dos avanços significativos alcançados nos últimos dois anos, os quais consolidaram iniciativas bem-sucedidas e pavimentaram um cenário promissor para a política brasileira de financiamento externo. As perspectivas almejam um horizonte favorável, marcado pelo fortalecimento do acesso a recursos financeiros, intensificação de parcerias estratégicas, priorização de temas de alta relevância e disseminação de melhores práticas. Esses elementos convergem para sustentar uma visão de crescimento, inovação e aprimoramento contínuo na atuação da Secretaria ao longo do próximo ciclo.

4.9.1 Novo Limite Cofex para Operações de Crédito em Moeda Local: Avanço na Flexibilização do Financiamento Externo

Em 2024, a Resolução Normativa Cofex nº 1, de 22 de novembro, introduziu uma importante inovação no âmbito dos financiamentos externos: a criação de um limite específico para operações de crédito cuja única moeda de financiamento seja o Real. Conforme disposto no art. 25 da referida Resolução, esse novo limite visa ampliar as opções de financiamento para estados, Distrito Federal e municípios, garantindo maior flexibilidade e adaptabilidade às particularidades locais.

A inclusão desse limite no normativo da Cofex reflete um esforço estratégico de aumento da disponibilidade de recursos para operações de crédito externo e de atendimento

a demandas recorrentes dos entes subnacionais, que frequentemente enfrentam desafios relacionados à variação cambial e à complexidade administrativa associada a financiamentos em moeda estrangeira. Com o novo dispositivo, os governos locais podem acessar recursos externos de maneira mais simplificada, priorizando projetos que não requerem conversão cambial, o que, em muitos casos, reduz os riscos financeiros e operacionais.

A exclusão do risco cambial nos cálculos fiscais realizados pelo Tesouro Nacional para parte dos recursos do limite Cofex permite uma ampliação do volume disponível para operações de crédito externo. Essa medida fortalece a capacidade de financiamento de estados, municípios e o Distrito Federal, promovendo maior acesso a recursos destinados ao desenvolvimento de políticas públicas estratégicas.

Principais características do novo limite:

- **Abrangência:** Aplicável a projetos e programas do setor público com apoio financeiro externo, desde que o financiamento seja exclusivamente em moeda local (Real);
- **Gestão:** Os valores anuais disponíveis para esse limite serão definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme estabelece o § 1º do artigo 25;
- **Disponibilidade:** Assim como outros limites gerais e sublimites previstos pela resolução, o limite em moeda local será disponibilizado de forma global para todas as reuniões da Cofex no exercício financeiro.

Essa iniciativa também representa um avanço significativo na descentralização do acesso ao financiamento externo. Ao criar uma alternativa mais acessível e segura, a Cofex incentiva a participação de entes subnacionais em projetos estratégicos, especialmente aqueles voltados para o desenvolvimento local e a melhoria dos serviços públicos.

O novo limite complementa outras iniciativas da Cofex, como os sublimites específicos para projetos ambientais e climáticos e para parcerias público-privadas (PPP), consolidando uma abordagem mais diversificada e inclusiva para o financiamento de políticas públicas no Brasil. A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) continuará acompanhando de perto a implementação desse novo mecanismo, promovendo orientações e suporte técnico aos entes interessados, de forma a maximizar o impacto dessa importante medida no desenvolvimento do país.

4.9.2 Capacitação de Mulheres Líderes 2025: Curso Prático para Gestoras Públicas na Formulação e Execução de Projetos

Após a bem-sucedida conclusão da primeira capacitação de mulheres líderes do Executivo estadual e municipal em captação de recursos externos para financiamento de políticas locais com perspectiva de gênero, uma segunda edição será realizada em 2025. O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), em parceria com o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF, a Escola Nacional de Administração Pública – Enap, e o Instituto Alziras, dará continuidade à capacitação de mulheres líderes, introduzindo um formato mais prático e voltado às necessidades técnicas das gestoras públicas.

Diferentemente da edição anterior, o novo curso terá foco nas etapas de formulação, desenvolvimento e implementação de políticas públicas e projetos. A proposta é oferecer ferramentas concretas para que as participantes adquiram as habilidades necessárias para enfrentar os desafios burocráticos e técnicos do processo de submissão de pleitos de financiamento externo e de gestão de projetos financiados.

Entre os tópicos práticos que serão abordados estão:

- **Introdução ao processo de financiamento externo no Brasil:** Como a Comissão de Financiamentos Externos atua na aprovação da preparação de pleitos de financiamento externo e a importância da sua análise no contexto de projetos públicos;
- **Atores envolvidos no processo de financiamento externo e o papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e Agências de Fomento;**
- **Preenchimento de pleitos de preparação de projetos e submissão à Cofex:** Passo a passo para estruturar propostas consistentes e alinhadas aos requisitos da Cofex e de agentes financeiros externos;
- **Como preencher um Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL) no Sadipem:** Capacitação técnica no sistema do Tesouro Nacional, essencial para aprovação de operações de crédito.

Essa abordagem prática reflete o compromisso da Seaid em fortalecer a autonomia e a capacidade técnica das lideranças femininas na administração pública, garantindo que mais mulheres não apenas ocupem posições de destaque, mas também se tornem protagonistas na formulação de políticas públicas inovadoras e na captação de recursos que beneficiem diretamente suas comunidades.

Além de um evento de aprendizado, a capacitação será também uma oportunidade para transformar ideias em ações e projetos em soluções concretas.

4.9.3 Prêmio SEAID para Iniciativas Transformadoras

Com o intuito de evidenciar resultados, fortalecer a transparência e difundir boas práticas que promovam o desenvolvimento socioeconômico inclusivo e sustentável no Brasil, tem-se previsto, para o ano de 2025, o lançamento do Prêmio SEAID, destinado a iniciativas de caráter transformador concebidas no âmbito dos programas e projetos integrantes da carteira ativa da Cofex (programas ou projetos públicos que contam com financiamento externo).

A concepção do referido Prêmio foi resultado da aproximação intensificada entre a Secretaria e os mutuários, bem como os bancos multilaterais de desenvolvimento, a partir do início de 2023. Ao longo dos últimos dois anos, essa dinâmica de maior colaboração possibilitou às equipes da SEAID conhecer em profundidade os avanços, os desafios, as soluções, os aprendizados e os demais aspectos de relevância dos programas e projetos apoiados.

A premiação também se alinha aos esforços da gestão iniciada em 2023, direcionados tanto ao incremento da transparência quanto ao estabelecimento de maior previsibilidade para os agentes envolvidos no processo de financiamento externo. Por meio do Prêmio SEAID, almeja-se reconhecer e celebrar iniciativas que promovam impactos expressivos em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento local, regional e nacional. Vale destacar que o conjunto de ações apresentado em seção anterior deste Relatório serve como referência inicial para os projetos potencialmente habilitados a concorrer ao prêmio.

Ao difundir e valorizar tais iniciativas, o Prêmio SEAID busca inspirar instituições e gestores públicos em todo o território nacional a adotar práticas capazes de gerar transformações positivas e duradouras nas comunidades por elas beneficiadas.

4.9.4 Revisão e regulamentação dos procedimentos de negociação de contratos de financiamentos externos envolvendo órgãos públicos

A SEAID é responsável pela condução das negociações contratuais de financiamentos externos relacionados a programas ou projetos de interesse de órgãos públicos. Essas negociações envolvem outros órgãos de governo e diversas etapas e exigências legais difusas. Entretanto, carece-se de marcos normativos referenciais a estabelecer, de forma precisa e detalhada, as exigências e etapas procedimentais necessárias à conclusão das negociações.

Isso posto, importa revisar procedimentos e exigências pertinentes às negociações de financiamentos externos a órgãos públicos, culminando na edição de regulamentação que venha a estabelecer regras claras para esses processos. Busca-se com isso garantir a máxima fluidez, eficiência, transparência e previsibilidade aos processos de negociação, de modo a assegurar a implantação de projetos públicos relevantes com eficiência e sem atrasos.

5

Integração Regional

Em 2024, a SEAID foi responsável, em conjunto com as demais Secretarias do MPO, por apoiar a difusão e a execução do projeto de Rotas de Integração da América do Sul junto aos demais países e para além das fronteiras regionais.

Participou de todas as reuniões do Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano, tendo contribuído a para a elaboração do Relatório 2024 do Projeto Rotas da Integração, em especial no que se refere aos Bancos de Desenvolvimento regionais.

Por ser o órgão de enlace do governo brasileiro com os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de escopo regional (BID, CAF, FONPLATA e BDC), a Secretaria exerceu papel de articulação e engajamento com esses atores centrais para o aprofundamento da integração entre os países da América do Sul e Caribe, tendo sido obtida cooperação técnica no valor de US\$ 500 mil para apoiar os países da região no avanço de sua integração.

Foram realizadas **mais de 20 reuniões técnicas com o corpo técnico do BID, CAF, FONPLATA e BDC**, inclusive para a conclusão da seção do Relatório 2024 e para a análise, preparação e validação de base de dados de projetos de integração na região.

Cabe ressaltar que a SEAID também forneceu subsídios para promover o engajamento de alto nível dos Ministros de Economia e Finanças, na discussão e validação das propostas de rotas de integração, às margens da Assembleia Geral do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em Punta Cana (março).

A SEAID participou das reuniões da Presidência Brasileira e contribuiu com o Relatório Final de **Infraestrutura Transfronteiriça do Grupo de Trabalho do G20**, endossado pelos Ministros de Finanças do G20. O relatório consolidou o marco conceitual para investimentos transfronteiriços, com análise de racionalidade econômica, suporte político e financiamento e acolheu a proposta do MPO de inclusão do **Corredor Bioceânico de Capricórnio** (Rota 4) como estudo de caso de sucesso.

A Secretaria organizou e moderou ainda a sessão “**Perspectivas para Integração Regional – Rotas de Integração Latino-Americanas para um comércio mais inclusivo e o papel das organizações multilaterais**” no Fórum Público da Organização Mundial do Comércio – OMC, maior evento anual de engajamento público da OMC. A sessão contou com

representantes do BID, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, do Secretariado da OMC e da academia para discutir as Rotas de Integração.

A SEAID participou ainda dos trabalhos e discussões da Rede de Infraestrutura e Transportes do Consenso de Brasília, durante as Presidências chilena e colombiana, nas quais avançaram as discussões entre os países no tema, tendo sido feito exercício de priorização de projetos de integração no continente, com apoio técnico do BID, CAF e FONPLATA, levando-se em conta critérios técnicos de viabilidade, maturidade, potencial, impacto e sustentabilidade, entre outros.

Por fim, a SEAID concebeu e concretizou Memorando de Entendimento entre o MPO e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX Brasil, com vistas a atividades de cooperação com aquela agência para aproveitamento de sua capilaridade junto ao setor exportador brasileiro, bem como junto às agências congêneres nos demais países sul-americanos, com as quais a Apex possui um estreito relacionamento.

6

Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul – Focem

Em 2023, o governo brasileiro quitou sua dívida com o Focem, no valor total de US\$ 99 milhões, o que, além de contribuir para o andamento dos projetos do fundo em todos os países do Mercosul e reafirmar o compromisso do Brasil com a integração regional, permitiu que o Brasil voltasse a poder se beneficiar dos recursos do Fundo a que faz jus. Com isso, foi possível realizar a seleção de novos projetos para beneficiar o território brasileiro, em um montante total de aproximadamente US\$ 70 milhões não reembolsáveis.

A Portaria MPO nº 300/2023 regulamentou então o processo de seleção e apresentação de projetos do Brasil a serem financiados com recursos do Fundo. Como forma de somar esforços com o tema da integração sul-americana, para apresentar um projeto era preciso que beneficiasse cidades na Faixa de Fronteira com os países do Mercosul (até 150 km de distância da linha de fronteira). Adicionalmente, para permitir uma melhor distribuição dos recursos, com a seleção de mais projetos, foi estabelecido um valor máximo de desembolso por projeto de US\$ 15 milhões (valor a ser somado às respectivas contrapartidas locais).

Os recursos que compõem o fundo são de natureza pública, aportados pelos países-membros do Mercosul, e têm caráter não reembolsável (a fundo perdido), para financiar até 85% do valor elegível dos projetos apresentados.

Em 2024, a SEAID, Unidade Técnica Nacional do Focem, com apoio da Cofex, deu início à seleção dos projetos a serem preparados para a submissão ao Focem. Ao todo foram recebidas 26 propostas de projetos preparadas por governos estaduais, prefeituras, ministérios e universidades, perfazendo uma demanda total superior a R\$ 1 bilhão.

Foram selecionadas 8 propostas dentro do limite de valor de que o Brasil dispunha junto ao fundo. A seleção de projetos levou em conta critérios como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região afetada, o potencial de redução das desigualdades regionais da política pública apresentada e o papel na integração física e social com os demais países do Mercosul. Foi a primeira vez em que o governo brasileiro realizou um processo público de seleção de projetos a serem apresentados ao Focem.

Entre os projetos selecionados, três serão localizados no Rio Grande do Sul, três no Mato Grosso do Sul e um no Acre. Também foi selecionado um projeto submetido pelo

Ministério dos Povos Indígenas, que terá abrangência em diversos estados da fronteira do Brasil com os vizinhos do Mercosul, beneficiando população indígena vulnerável na Faixa de Fronteira.

No Estado do Rio Grande do Sul, os projetos selecionados atendem a objetivos distintos: um parque tecnológico binacional em Santana do Livramento, a modernização de laboratórios de defesa agropecuária no âmbito do Mercosul e a pavimentação da chamada "Via Transcampesina", que vai facilitar a integração entre municípios próximos à fronteira com o Uruguai.

Já em Mato Grosso do Sul, os projetos envolvem programas de melhoria da infraestrutura urbana, do saneamento e da qualidade de vida em Ponta Porã e Corumbá - cidades que fazem fronteira com o Paraguai e a Bolívia -, e incluem um projeto de contorno viário no município de Amambai, que facilitará o trânsito de mercadorias e pessoas entre o Brasil e os demais países do Mercosul.

Na região amazônica, o Estado do Acre deverá ser contemplado com recursos do Focem para um projeto de expansão das cadeias de suinocultura e avicultura na faixa de fronteira com a Bolívia, com vistas à exportação. Por fim, o projeto capitaneado pelo Ministério dos Povos Indígenas vai atender centenas de aldeias instaladas na região de fronteira entre o Brasil e seus parceiros do Mercosul.

Após a conclusão do processo de seleção de projetos, em maio, a SEAID firmou Memorando de Entendimento com o FONPLATA – Banco de Desenvolvimento, com o objetivo de viabilizar cooperação técnica do Banco aos organismos executores selecionados na elaboração de seus projetos básicos, de modo que os projetos sejam preparados em conformidade com requisitos do Regulamento Focem e sejam executados de maneira a garantir o máximo de benefício às populações envolvidas.

Com isso, após 12 anos sem apresentar projetos, o Brasil volta a apresentar iniciativas para financiamento pelo Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem. O primeiro projeto submetido - e já aprovado pelo Conselho Mercado Comum - tem como objetivo a construção de um Contorno viário no município de Amambai – MS. Com valor total de US\$ 6,67 milhões, dos quais US\$ 5,1 milhões serão aportados pelo Focem na forma de recursos não reembolsáveis, a obra irá facilitar o transporte de cargas na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai e melhorar a qualidade de vida da população local.

Ao longo de 2025, todos os oito projetos selecionados deverão ter sido apresentados ao Mercosul e a maior parte deverá já ter iniciada sua execução.

TABELA 4 – Projetos selecionados pela Cofex em 2024 para submissão ao FOCEM

Nº	Proponente	Programa/Projeto	Valor (US\$)	Contrapartida (US\$)
1	Fundação Universidade Federal do Pampa - Unipampa	Projeto Parque Tecnológico Binacional de Sant'Ana do Livramento/RS	5.994.391,75	2.350.000,00
2	Estado do Acre	Programa de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas para Geração de Emprego no Estado do Acre	12.750.000,00	4.897.058,80
3	Ministério dos Povos Indígenas	Projeto Indígena Cidadão, Fronteira Cidadã - Promovendo Direitos Humanos e Coesão Social para os Povos Indígenas na Fronteira com o Mercosul	12.750.000,00	2.250.000,00
4	Estado de Mato Grosso do Sul	Programa de desenvolvimento na Faixa de Fronteira de Ponta Porã	7.000.000,00	1.235.000,00
5	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul	Programa de Redução nos Níveis de Perdas de Água em Corumbá - MS	9.123.409,62	1.693.953,52
6	Estado do Rio Grande do Sul	Modernização e ampliação dos laboratórios de defesa agropecuária no âmbito do Mercosul	2.041.857,25	360.327,75
7	Município de Amambai - MS	Projeto de Contorno Viário do Município de Amambai	5.100.000,00	900.000,00
8	Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Bacia do Rio Jaguarão – CIDE já - CIDEJA	Projeto Via Transcampesina Rota da Produção: Implementando uma Rodovia que Conecta o Interior de 5 Municípios da Metade Sul do Estado com o Uruguai	14.834.733,38	2.600.000,00

Fonte: SEAID/MPO.

7

Perspectivas para 2025

Para 2025, está prevista a continuidade dos esforços iniciados em 2023 e aprofundados em 2024, como a conclusão dos Portais de Pagamentos a Organismos Internacionais e de Financiamento Externo, além do avanço na implementação de normativos e nas melhorias de fluxos internos.

Como encerramento do mandato brasileiro na presidência do Conselho de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), o Brasil sediará a Reunião Anual do Banco 2025, a ocorrer em Brasília, de 9 a 12 de junho, evento que contará com representantes de 28 países, incluindo vários chefes de governo. No dia seguinte à reunião, também em Brasília, será realizada a Cúpula Brasil-Caribe, reforçando o compromisso nacional com a região.

No âmbito do financiamento externo, o ano de 2025 também será marcado pela implementação de novos módulos no Portal de Financiamento Externo, com novas funcionalidades e procedimentos para a gestão de negociações, aditivos contratuais e execução de projetos financiados com recursos externos, estabelecendo integração com sistemas de outros órgãos e maior eficiência, transparência e previsibilidade nesses processos.

Outra inovação importante é a criação de um limite específico para operações de crédito em moeda local, regulamentado pela Resolução Cofiex nº 1/2024. Essa medida amplia o acesso a financiamentos externos, eliminando riscos cambiais e permitindo maior flexibilidade para estados e municípios desenvolverem projetos estratégicos.

A SEAID também deverá aprofundar cooperações técnicas na área, com destaque para a segunda edição da capacitação de mulheres líderes na formulação e execução de projetos públicos com perspectiva de gênero, focada em práticas concretas e habilidades técnicas, buscando fortalecer a atuação de gestoras públicas na captação de recursos externos.

Além disso, será lançado o Prêmio para Iniciativas Transformadoras, que reconhecerá projetos públicos inovadores com financiamento externo com impacto relevante no desenvolvimento socioeconômico. A iniciativa busca difundir boas práticas e inspirar gestores a adotar soluções transformadoras em suas comunidades.

Na seara da integração regional, ao longo de 2025 a quase totalidade dos novos projetos brasileiros selecionados para uso dos recursos do FOCEM deverá ser concluída e aprovada junto ao Mercosul, com expectativa de que a maioria já esteja em execução até o final do ano. A SEAID também deverá implementar novas cooperações técnicas com BID, CAF e FONPLATA para apoiar os esforços do MPO nessas temáticas.

Essas iniciativas visam reforçar o compromisso com a modernização, a transparência e o fortalecimento das políticas públicas, consolidando avanços e criando novas oportunidades para o desenvolvimento sustentável e inclusivo no Brasil e em suas relações internacionais.

SECRETARIA DE
ASSUNTOS INTERNACIONAIS
E DESENVOLVIMENTO

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO